

Relatório Contábil 2025

3º TRIMESTRE

MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Carlos Henrique Baqueta Fávaro

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Irajá Rezende de Lacerda

SUBSECRETÁRIO DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Fernando Magalhães Soares Pinto

COORDENADOR-GERAL DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E MONITORAMENTO DA GESTÃO

Otto Cavalcante Medina

COORDENADORA DE CONTABILIDADE

Samya Carolina Soares Costa

EQUIPE TÉCNICA

Alan Rodrigues Pinheiro

Jaqueline Pereira de Faria Silva

Jorge Roberto Gabriel

Norma de Deus e Costa

Paulo Sousa Silva

Plinio Pereira Mateus Borges

Renata de Oliveira Pinheiro

Rodrigo Pinheiro Brandão

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MAPA (DCON), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

** Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

RESOLUÇÃO/CCONT/MAPA Nº 05, de 31 de outubro de 2025

Aprova o Relatório Contábil do 3º Trimestre de 2025 – Notas Explicativas do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.

A Coordenação de Contabilidade – CCONT, da Coordenação-Geral de Governança Institucional e Monitoramento da Gestão – CGGI, da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – SPOA, da Secretaria-Executiva – SE, do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA com fundamento na Macrofunção SIAFI 02.03.15 – Conformidade Contábil divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, resolve:

Art.1º APROVAR o texto final do Relatório Contábil contendo as Notas Explicativas do 3º Trimestre de 2025 do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, constante dos autos do processo 21000.032730/2023-44.

Art. 2º Submeter o documento de que trata o art. 1º à Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – SPOA do MAPA, para conhecimento e autorização de publicação no sítio do mesmo em atendimento às determinações do TCU.

CCONT/MAPA:

Samya Carolina Soares Costa – Coordenadora



Documento assinado digitalmente
SAMYA CAROLINA SOARES COSTA
Data: 06/11/2025 13:41:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jaqueline Pereira de Faria Silva – Chefe de Divisão



Documento assinado digitalmente
JAQUELINE PEREIRA DE FARIA SILVA
Data: 04/11/2025 10:01:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jorge Roberto Gabriel – Chefe de Divisão



Documento assinado digitalmente
JORGE ROBERTO GABRIEL
Data: 04/11/2025 12:13:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CGGI/MAPA:

Otto Cavalcante Medina – Coordenador-Geral



Documento assinado digitalmente
OTTO CAVALCANTE MEDINA
Data: 10/11/2025 15:39:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SPOA/MAPA:

Fernando Magalhães Soares Pinto – Subsecretário de Orçamento, Planejamento e Administração



Documento assinado digitalmente
FERNANDO MAGALHAES SOARES PINTO
Data: 10/11/2025 15:56:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sumário

1. LISTAS DE SIGLAS	5
2. CONTEXTO OPERACIONAL	7
3.1 SISTEMAS DA ÁREA FIM	8
3.2 SISTEMAS DA ÁREA MEIO	9
4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
4.1 BALANÇO PATRIMONIAL	11
4.2 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	14
4.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	17
4.4 BALANÇO FINANCEIRO	20
4.5 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
4.6 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	22
5. NOTAS EXPLICATIVAS	25
5.1 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	25
5.2 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	25
5.3. PRINCIPAIS MUDANÇAS DE PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS	30
5.4 MUDANÇAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVAS	30
5.5 PARTES RELACIONADAS	30
6. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	40
6.1 BALANÇO PATRIMONIAL	40
NOTA Nº 001 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	46
NOTA Nº 002 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	47
NOTA Nº 003- PROVISÕES	49
NOTA Nº 004 - IMOBILIZADO	51
NOTA Nº 005 - INTANGÍVEL	54
6.2 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	56
6.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	62
6.4 BALANÇO FINANCEIRO	67
6.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	68
6.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	69
7. REFERÊNCIAS	70
7.1. BIBLIOGRÁFICAS	70
7.2 SÍTIOS MAIS UTILIZADOS PELA CCONT/MAPA	70

1. Listas de Siglas

AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa
AGRONET - Intranet do Ministério da Agricultura e Pecuária	DISME - Distrito de Meteorologia
AGROSTAT - Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro	DVP - Demonstrações das Variações Patrimoniais
AGU - Advocacia-Geral da União	Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural	ENAGRO - Escola Nacional de Gestão Agropecuária
BB - Banco do Brasil	FUNCAFE - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
BCB - Banco Central do Brasil	GF - Gestor Financeiro
BGS - Boletim de Pessoal e Serviços	GRU - Guia de Recolhimento da União
BGU - Balanço Geral da União	INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
BINAGRI - Biblioteca Nacional de Agricultura	INMET - Instituto Nacional de Meteorologia
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
BO - Balanço Orçamentário	LFDA - Laboratório Federal de Defesa Agropecuária
BP - Balanço Patrimonial	LOA - Lei Orçamentária Anual
CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária
CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CCONF - Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação	MEP - Método da Equivalência Patrimonial
CFC - Conselho Federal de Contabilidade	NBC TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil	NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CCONT - Coordenação de Contabilidade	NE - Nota de Empenho
CEF - Caixa Econômica Federal	NL - Nota de Lançamento
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	NS - Nota de Sistema
CGU - Controladoria-Geral da União	OB - Ordem Bancária
CRC/DF - Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal	OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
	OGU - Orçamento Geral da União
	PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
	PF - Programação Financeira
	PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
	PIPCP - Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais

RCPG - Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudanças RFB - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil RGPS - Regime Geral de Previdência Social RPNP - Restos a Pagar Não Processados RPP - Restos a Pagar Processados RPPS - Regime Próprio de Previdência Social SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens SCRI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária SE - Secretaria-Executiva SEI - Sistema Eletrônico de Informações SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados SFA - Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira SIAPF - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos SIC - Serviço de Informação ao Cidadão SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas	SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação SPA - Secretaria de Política Agrícola SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial SPU - Secretaria de Patrimônio da União STN - Secretaria do Tesouro Nacional SUCON - Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN TCE - Tomada de Contas Especial TCU - Tribunal de Contas da União TG - Tesouro Gerencial UG - Unidade Gestora UGE - Unidade Gestora Executora UGR - Unidade Gestora Responsável VIGIAGRO - Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional VPA - Variação Patrimonial Aumentativa VPD - Variação Patrimonial Diminutiva
---	---

2. Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023 e alterado pelo Decreto nº 11.998, de 17 de abril de 2024, e tem como áreas de competência os seguintes assuntos:

- a) Política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização e o seguro rural;
- b) Produção e fomento agropecuário, abrangidas a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a agroenergia, a heveicultura e, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, as florestas plantadas;
- c) Informação agropecuária;
- d) Defesa agropecuária e segurança do alimento, abrangidos: a saúde animal e a sanidade vegetal; os insumos agropecuários, incluída a proteção de cultivares; os alimentos, os produtos, os derivados e os subprodutos de origem animal, inclusive pescados, e vegetal; a padronização e a classificação de produtos e insumos agropecuários; e o controle de resíduos e contaminantes em alimentos;
- e) Pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aquicultura e agroindústria;
- f) Conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;
- g) Assistência técnica e extensão rural;
- h) Irrigação e infraestrutura hídrica para a produção agropecuária, observadas as competências do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- i) Informação meteorológica e climatológica para uso na agropecuária;
- j) Desenvolvimento rural sustentável;
- k) Conservação e manejo do solo e da água, destinados ao processo produtivo agrícola e pecuário e aos sistemas agroflorestais;
- l) Boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;
- m) Cooperativismo e associativismo na agropecuária;
- n) Energização rural e agroenergia, incluída a eletrificação rural; e
- o) Negociações internacionais relativas aos temas de interesse das cadeias de valor da agropecuária.

A competência de que trata a letra “n” será exercida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, na hipótese de serem utilizados recursos do Orçamento Geral da União, e pelo Ministério de Minas e Energia, na hipótese de serem utilizados recursos vinculados ao Sistema Elétrico Nacional.

Para a consecução de seus objetivos, o MAPA conta com uma estrutura fixa de quatro Secretarias, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de uma empresa vinculada e sete órgãos colegiados:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria de Política Agrícola;
- b) Secretaria de Defesa Agropecuária;
- c) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo;
- d) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional;
- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Deliberativo de Política Agrícola; e
- f) Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil;

A entidade vinculada – Empresa Pública:

- a) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

3.1 Sistemas da Área Fim

VEGETAL (Lista de sistema categoria Vegetal)

AB+S - Plataforma Agro Brasil + Sustentável

AGROALERTAS - Sistema de Alerta Rápido Agropecuário

AGROFIT - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários

CEFITI - Catálogo de Exigências Fitossanitárias para o Trânsito Interestadual

RECADASTRAMENTO - Sistema de Controle de Professores e Classificadores

RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudanças

SISPA - Sistema Unificado de Informação, Petição e Avaliação Eletrônica

SIARP - Sistema de Acompanhamento dos Processos de Análise de Risco de Pragas

SIGBIO - Sistema de Gerenciamento de Biossegurança

SIGEF - Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudanças

SIGLA - Sistema de Informações Gerenciais para Lab. de Resíduos e Contam. em alimentos

SIGORG - Módulo Administrador - Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica

SIGORG - Módulo Público- Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica

SISCOLE - Sistema de Cadastro de Organismo e Laboratórios Estrangeiros

SIVIBE - Sistema de informações da área de vinhos e bebidas

SNPC - Cultivar Web

SNPC - Sistema de Informações Documentais

THESAURUS - Sistema especializado em literatura agrícola

ANIMAL (Lista de sistemas categoria Animal)

CGTQA - Painéis de Requisitos e Certificados da Área Animal

DCPOA - Declaração de Produtos de Origem Animal

e-SISBI-SGE - Sistema de Gestão de Estabelecimento

e-SISBI-SGSI - Sistema de Gestão de Serviço de Inspeção

e-SISBRAVET - Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias

PGA - Plataforma de Gestão Agropecuária

PGA-RASTREABILIDADE - Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva

PGA-SIGSIF - Plataforma de Gestão Agropecuária - SIGSIF

SIGEP - Sistema de gerenciamento de estudos epidemiológicos

SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do SIF

SIPE - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos - Web

SIPEAGRO - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários

SISBOV - Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos

SISRES - Sistema de Controle de Resíduos

POLÍTICAS AGRÍCOLAS E CLIMÁTICAS

(Lista de Sistema Categoria Políticas Agrícolas e Climáticas)

FUNCAFE - Sistema de Operacionalização das Linhas de Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

Plataforma Multi-institucional de Monitoramento de Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Plataforma ABC)

SAPCANA - Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira

SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas

SISPROCER - Sistema de Processos da Comissão Especial de Recurso

SISSER - Sistema de Informação da Subvenção ao Seguro Rural

Sistema de Governança do Plano ABC+ (SIGABC)

SISZARC - Sistemas de zoneamento agrícola e risco climático

SNCUA - Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras

3.2 Sistemas da Área Meio

ADMINISTRATIVO (Lista de sistemas categoria Administrativo)

ADIDOS - Sistema de controle de ADIDOS

ÁGATHA - Sistema de Gestão de Riscos

AGROEVENTOS - Sistema de Eventos

AGROFORM - Sistema de formulários do MAPA

ALMOX - Sistema de Almoxarifado

CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil

Dúvidas e Orientações Pós Implementação do SouGov-Frequência no MAPA

PATRIM - Sistema de Controle de Transferência de Bens Patrimoniais

PONTOWEB - Sistema de Registro Eletrônico de Frequência

SA - Strategic Adviser

SAC - Sistema de Auditoria e Credenciamento de Laboratórios

SAPE - Sistema de Acompanhamento de Projetos do Edital 64

SCES - Sistema de Controle de Entrada e Saída

SCVA - Sistema de Controle de Veículo Automotores do MAPA

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SGC - Sistema de Processo de Acompanhamento de Órgãos Colegiados

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas

SGD-CGAL - Sistemas de Gestão de Demandas

SGI - Sistema de Gestão Integrada

SIAD - Sistema de Autorização de Deslocamento

SIAGAM - Sistema de Informação de Apoio ao Gabinete do Ministro

SIENI - Sistema Integrado de Informações Estratégicas de Negociações Internacionais

SIGCERDA - Sistema Gestor da Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária

SIGCLIMA - Sistema de Gestão do Ambiente Organizacional

SIGED - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos

SIGPBc - Sistema de Informação Gerencial do Programa Bactrocera carambolae

SIGPOA - Sistema de Gerenciamento de Produtos de Origem Animal

SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários

SIPAS - Sistema de Controle do Plano de Assistência à Saúde

SISAD - Sistema de Avaliação de Desempenho

SisGP- Sistema de Gestão de Pessoas (Programa de gestão)

SISLAB - Sistema de Padrões Laboratoriais
SouGov - Frequência
SRH - Sistema de Controle de Recursos Humanos

NORMATIVOS ([Lista de Sistemas Categoria Normativos](#))

BINAGRI - Sistema da Base de Dados da Biblioteca Nacional de Agricultura
CONJUR NORMAS - Sistema de Normas da Consultoria Jurídica
SisAtoS - Sistema de Atos Normativos
SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação
SISMAN - Sistema de Monitoramento de Atos Normativos
WikiSDA - Portal de manuais de processos da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

ORÇAMENTO ([Lista de Sistemas Categoria Orçamento](#))

SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação
SIGER - Sistema de Informação Gerenciais do Endividamento Rural
SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias

EDUCAÇÃO/DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

([Lista de Sistemas Categoria Educação / Desenvolvimento de Pessoas](#))

AVA ENAGRO VIRTUAL
GESTCOM - Sistema de Gestão do Comportamento Organizacional
LECOM-ADM - Plataforma para os administradores dos serviços do portal de serviços
LECOM - Plataforma de análise dos serviços do portal de serviços

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

([Lista de Sistemas Categoria Tecnologia da Informação](#))

ATENDE SISTEMAS - Suporte aos Sistemas do MAPA
ATENDETI - Sistema gerenciador de chamados
AUTENTICAÇÃO - Sistema de Controle de Acesso
SCAWEB - Sistema de Controle de Acesso
SISTI - Sistemas Internos STI
SOLICITA - Sistema de Solicitação de Acesso
TROCA SENHA - Serviço de troca de senhas de acesso à rede do MAPA
VÍDEO CONFERÊNCIA - Sistema de Vídeo Conferência

4. Demonstrações Contábeis

4.1 Balanço patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSION 15/10/2025	PÁGINA 1
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	4,247,71	6,516,90	PASSIVO CIRCULANTE	3,002,38	2,524,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.181,27	5.637,79	Obrigações Trabu. Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.123,87	805,65
Créditos a Curto Prazo	1.010,33	819,77	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Clientes	8,72	6,67	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	197,89	102,98
Clientes	8,72	6,67	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,03	0,01
Demais Créditos e Valores	1.001,60	813,10	Transferências Fiscais a Curto Prazo	600,89	761,94
Demais Créditos e Valores	1.015,83	824,12	Provisões a Curto Prazo	-	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo	-14,23	-11,02	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.079,71	854,42
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques a Curto Prazo	56,10	59,33			
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	0,01	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10,642,62	11,969,38	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2,361,04	2,251,21
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.839,83	7.393,30	Obrigações Trabu. Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	5.839,83	7.393,30	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Clientes	201,35	201,35	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86
Clientes	201,35	201,35	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	5.128,96	6.710,68	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	9.391,86	6.710,68	Provisões a Longo Prazo	2.045,03	1.935,35
(-) Ajuste para Perdas de Emp. e Financiamentos Concedidos	-4.262,89	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,14	-
Demais Créditos e Valores	509,52	481,27	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	5,363,41	4,776,20
Demais Créditos e Valores	521,85	493,35			
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Longo Prazo	-12,33	-12,08	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Estoques a Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	3.180,43	3.149,19
Participações Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	123,34	31,25
Propriedades para Investimento	-	-	Reservas de Capital	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,01	0,01
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Demais Reservas	271,72	261,25
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultados Acumulados	5.951,41	10.268,38
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultado do Exercício	-4.274,72	-179,37
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	10.273,05	11.625,52
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-46,92	-1.177,77
Demais Investimentos Permanentes	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9,526,92	13,710,08
Imobilizado	4,715,66	4,483,38			
Bens Móveis	1.298,17	974,87			
Bens Móveis	2.526,53	2.193,82			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.204,94	-1.195,53			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)
EMIÇÃO 15/10/2025	PÁGINA 2
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-23,42	-23,42			
Bens Imóveis	3.417,49	3.508,51			
Bens Imóveis	3.876,01	3.948,96			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-458,52	-440,45			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	87,13	92,69			
Softwares	87,13	92,69			
Softwares	159,07	155,71			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-71,94	-63,02			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	14.890,33	18.486,28	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.890,33	18.486,28

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	3.190,36	5.648,40	PASSIVO FINANCEIRO	8.890,46	7.593,47
ATIVO PERMANENTE	11.699,97	12.837,88	PASSIVO PERMANENTE	3.278,62	2.893,85
			SALDO PATRIMONIAL	2.721,24	7.998,97

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.224,70	1.172,99	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	9.688,55	8.098,99
Atos Potenciais Ativos	1.224,70	1.172,99	Atos Potenciais Passivos	9.688,55	8.098,99
Garantias e Contragarantias Recebidas	203,12	141,39	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	81,08	87,65	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	4.341,11	4.639,61



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)
EMIÇÃO 15/10/2025	PÁGINA 3
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Direitos Contratuais	940,50	943,95	Obrigações Contratuais	5.347,44	3.459,39
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	1.224,70	1.172,99	TOTAL	9.688,55	8.098,99

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-5.089,88
Recursos Vinculados	-610,22
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-31,82
Previdência Social (RPPS)	-0,01
Dívida Pública	-241,36
Fundos, Órgãos e Programas	-337,05
Recursos Não Classificados	0,02
TOTAL	-5.700,10

4.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSION 15/10/2025	PAGINA 1
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	29.488,68	24.562,10
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8,82	9,27
Impostos	-	-
Taxas	8,82	9,27
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	2,30	3,04
Contribuições Sociais	2,10	2,88
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,20	0,16
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	66,38	45,65
Venda de Mercadorias	7,39	5,26
Vendas de Produtos	0,02	0,01
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	58,97	40,38
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	579,19	702,28
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	270,76	251,49
Juros e Encargos de Mora	4,22	4,21
Variações Monetárias e Cambiais	16,06	12,46
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	288,15	434,12
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	28.306,85	22.954,57
Transferências Intragovernamentais	28.216,34	22.882,99
Transferências Intergovernamentais	-0,08	-
Transferências das Instituições Privadas	-0,22	1,54
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	90,81	70,04
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	227,33	238,65
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	3,49	3,43
Ganhos com Incorporação de Ativos	160,96	164,11
Ganhos com Desincorporação de Passivos	62,87	71,11
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	297,81	608,65
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,22	2,29
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
3º TRIMESTRE (FECHADO)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

EMISSION
15/10/2025

PÁGINA
2

VALORES EM MILHÕES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	51,43	274,82
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	246,16	331,54
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	33.763,40	25.422,38
Pessoal e Encargos	4.267,90	3.880,93
Remuneração a Pessoal	3.184,01	2.907,17
Encargos Patronais	994,97	894,56
Benefícios a Pessoal	88,83	79,08
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,09	0,12
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.762,58	1.723,46
Aposentadorias e Reformas	1.050,16	1.047,11
Pensões	684,94	652,24
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	27,48	24,10
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	826,70	779,84
Uso de Material de Consumo	43,79	72,45
Serviços	687,03	618,66
Depreciação, Amortização e Exaustão	95,88	88,73
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	24,10	28,31
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	0,79	1,19
Variações Monetárias e Cambiais	3,20	0,63
Descontos Financeiros Concedidos	10,17	10,97
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	9,94	15,51
Transferências e Delegações Concedidas	21.993,71	17.792,97
Transferências Intragovernamentais	21.067,43	16.606,65
Transferências Intergovernamentais	678,70	1.078,25
Transferências a Instituições Privadas	0,04	0,18
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	0,02	0,17
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	247,52	107,72
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.468,48	456,20
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	4.321,94	279,95
Perdas com Alienação	0,11	0,11
Perdas Involuntárias	18,32	1,60
Incorporação de Passivos	56,80	96,22



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
3º TRIMESTRE (FECHADO)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

EMISSÃO
15/10/2025

PÁGINA
3

VALORES EM MILHÕES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Desincorporação de Ativos	71,31	78,33
Tributárias	1,47	1,48
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1,28	1,23
Contribuições	0,19	0,26
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	3,21	2,78
Custo das Mercadorias Vendidas	3,21	2,77
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	415,23	756,42
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	0,39
Subvenções Econômicas	276,58	487,53
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	131,12	251,17
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	7,53	7,33
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-4,274,72	-860,28

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2025	2024

4.3 Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
3º TRIMESTRE (FECHADO)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
15/10/2025

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

VALORES EM MILHÕES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.112,76	1.112,76	704,05	-408,71
Receita Tributária	11,17	11,17	6,18	-4,99
Impostos	-	-	-	-
Taxas	11,17	11,17	6,18	-4,99
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	0,37	0,37	1,70	1,32
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,37	0,37	1,70	1,32
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	630,34	630,34	272,57	-357,78
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3,81	3,81	1,42	-2,39
Valores Mobiliários	626,53	626,53	271,15	-355,39
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	8,44	8,44	7,38	-1,06
Receita Industrial	0,03	0,03	0,02	-0,01
Receita de Serviços	366,23	366,23	328,40	-37,83
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	45,72	45,72	57,64	11,93
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	320,51	320,51	270,76	-49,75
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	2,50	2,50	-0,30	-2,80
Outras Receitas Correntes	93,67	93,67	88,10	-5,57
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	73,79	73,79	72,49	-1,31
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	9,50	9,50	6,62	-2,88
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	10,38	10,38	8,99	-1,39
RECEITAS DE CAPITAL	6.263,57	6.263,57	4.441,93	-1.821,65
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	6,03	6,03	4,12	-1,91
Alienação de Bens Móveis	6,03	6,03	4,12	-1,91
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	6.257,55	6.257,55	4.437,81	-1.819,74
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
3º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSION
15/10/2025

PAGINA
2

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	7.376,33	7.376,33	5.145,98	-2.230,35
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	7.376,33	7.376,33	5.145,98	-2.230,35
DÉFICIT			11.197,62	11.197,62
TOTAL	7.376,33	7.376,33	16.343,59	8.967,26
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	305,94	-	-305,94
Superávit Financeiro	-	106,13	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	199,81	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	10.504,59	10.924,69	8.281,92	6.814,56	5.945,66	2.642,77
Pessoal e Encargos Sociais	7.758,87	7.985,98	6.890,40	5.702,93	5.048,82	1.095,58
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.745,72	2.938,70	1.391,51	1.111,63	896,84	1.547,19
DESPESAS DE CAPITAL	9.860,14	9.545,99	8.061,68	5.880,28	5.473,18	1.484,31
Investimentos	2.472,25	2.358,09	873,78	61,76	57,71	1.484,31
Inversões Financeiras	7.187,90	7.187,90	7.187,90	5.818,52	5.415,46	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	20.164,73	20.470,68	16.343,59	12.694,83	11.418,83	4.127,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	20.164,73	20.470,68	16.343,59	12.694,83	11.418,83	4.127,08



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
3º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSÃO
15/10/2025

PÁGINA
3

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	20.164,73	20.470,68	16.343,59	12.694,83	11.418,83	4.127,08

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	165,46	293,81	168,28	163,08	9,53	286,66
Pessoal e Encargos Sociais	3,92	37,36	26,43	26,27	3,93	11,08
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	161,54	256,45	141,85	136,81	5,60	275,58
DESPESAS DE CAPITAL	2.329,39	2.941,15	2.386,94	2.161,59	7,74	3.101,21
Investimentos	1.833,56	1.494,53	1.086,48	861,12	7,74	2.459,23
Inversões Financeiras	495,83	1.446,62	1.300,46	1.300,46	-	641,98
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.494,85	3.234,96	2.555,22	2.324,66	17,27	3.387,88

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	53,93	1.029,75	977,34	43,08	63,26
Pessoal e Encargos Sociais	0,43	626,96	580,11	42,93	4,35
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	53,50	402,79	397,23	0,15	58,91
DESPESAS DE CAPITAL	161,03	611,87	304,37	4,15	464,38
Investimentos	161,03	611,87	304,37	4,15	464,38
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	214,96	1.641,62	1.281,71	47,23	527,64

4.4 Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSION 15/10/2025	PÁGINA 1
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	5.145,98	5.286,34	Despesas Orçamentárias	16.343,59	14.245,01
Recursos Não Vinculados	0,55	-	Recursos Não Vinculados	7.087,02	7.942,71
Recursos Vinculados	5.394,05	5.322,56	Recursos Vinculados	9.256,57	6.302,29
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.787,72	0,18
Fundos, Órgãos e Programas	5.394,05	5.322,42	Previdência Social (RPPS)	-	366,46
Recursos Não Classificados	-	0,13	Fundos, Órgãos e Programas	7.468,85	5.935,65
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-248,62	-36,21			
Transferências Financeiras Recebidas	28.136,07	22.859,82	Transferências Financeiras Concedidas	20.864,48	16.568,84
Resultantes da Execução Orçamentária	23.969,40	14.647,97	Resultantes da Execução Orçamentária	13.521,42	8.774,50
Cota Recebida	10.425,95	5.917,74	Repasse Concedido	7.081,79	2.786,41
Repasse Recebido	7.103,82	2.742,23	Sub-repasse Concedido	6.439,63	5.987,46
Sub-repasse Recebido	6.439,63	5.987,46	Cota Devolvida	-	0,09
Sub-repasse Devolvido	-	0,54	Sub-repasse Devolvido	-	0,54
Independentes da Execução Orçamentária	4.166,67	8.211,84	Independentes da Execução Orçamentária	7.343,06	7.794,34
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.453,07	3.013,11	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.907,52	1.650,15
Demais Transferências Recebidas	99,95	145,10	Demais Transferências Concedidas	96,74	114,89
Movimentação de Saldos Patrimoniais	613,65	5.053,63	Movimento de Saldos Patrimoniais	5.336,81	6.029,29
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	5.091,02	5.147,86	Pagamentos Extraorçamentários	3.621,52	2.357,56
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.276,00	1.021,61	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.281,71	781,22
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.648,76	2.976,79	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.324,66	1.571,58
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	37,56	17,10	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12,60	4,77
Outros Recebimentos Extraorçamentários	128,69	1.132,36	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2,55	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,36	0,45	Valores Compensados	0,28	-
Restituições a Pagar	0,03	-	Demais Pagamentos	2,27	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,02	0,03			
Arrecadação de Outra Unidade	128,28	132,49			
Valores para Compensação	-	0,71			
Demais Recebimentos	-	986,67			
Saldo do Exercício Anterior	5.637,79	4.322,00	Saldo para o Exercício Seguinte	3.181,27	4.444,62
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.637,79	4.322,00	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.181,27	4.444,62
TOTAL	44.010,87	37.616,03	TOTAL	44.010,87	37.616,03

4.5 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
SET (FECHADO)

EMISSION
15/10/2025

PAGINA
1

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	3.121,52	27,66	-	-	208,14	11.628,89	-	-	14.986,22
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	4,88	-	-	14,53	-1.177,77	-	-	-1.158,36
Aumento / Redução de Capital	27,66	-1,29	-	-	-	-	-	-	26,37
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	38,58	-3,37	-	-	35,21
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	0,01	-	0,01
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-179,37	-	-	-179,37
Constituição / Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	3.149,19	31,25	-	-	261,25	10.268,38	0,01	-	13.710,08

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	3.149,19	31,25	-	-	261,25	10.268,38	0,01	-	13.710,08
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	0,15	-44,27	-	-	-44,12
Aumento / Redução de Capital	31,25	95,09	-	-	-	30,84	-	-	157,18
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-25,23	4,04	-	-	-21,19
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-4.274,72	-	-	-4.274,72
Constituição / Reversão de Reservas	-	-	-	-	35,54	-	-	-	35,54
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-3,15	-	-	-	-30,84	-	-	-33,99
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2025	3.180,43	123,19	-	-	271,71	5.953,43	0,01	-	9.526,77

4.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSION 15/10/2025	PAGINA 1
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	333,63	981,10
INGRESSOS OPERACIONAIS	29.006,02	24.830,67
Receita Tributária	6,18	6,49
Receita de Contribuições	1,70	2,13
Receita Patrimonial	27,07	2,82
Receita Agropecuária	7,38	4,71
Receita Industrial	0,02	0,01
Receita de Serviços	328,40	287,10
Remuneração das Disponibilidades	245,49	434,52
Outras Receitas Derivadas e Originárias	88,10	82,54
Transferências Recebidas	-0,30	1,54
Intergovernamentais Recebidas	-0,08	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-0,08	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-0,22	1,54
Outros Ingressos Operacionais	28.301,97	24.008,83
Ingressos Extraorçamentários	37,56	17,10
Restituições a Pagar	0,03	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,02	0,03
Transferências Financeiras Recebidas	28.136,07	22.859,82
Arrecadação de Outra Unidade	128,28	132,49
Valores para Compensação	-	0,71
Demais Recebimentos	-	998,67
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-28.672,39	-23.849,57
Pessoal e Demais Despesas	-6.259,90	-5.625,80
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-1,90	-1,01
Defesa Nacional	-0,24	-0,37
Segurança Pública	-0,97	-
Relações Exteriores	-0,04	-
Assistência Social	-0,32	-
Providência Social	-1.750,47	-1.657,09
Saúde	-	-
Trabalho	-0,05	-
Educação	-	-
Cultura	-0,00	-0,02
Direitos da Cidadania	-0,24	-0,19
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-0,34	-0,21



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
3º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSION
15/10/2025

PÁGINA
2

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

	2025	2024
Ciência e Tecnologia	-0,17	-0,08
Agricultura	-4.473,24	-3.943,36
Organização Agrária	-18,67	-12,84
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-13,60	-11,07
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,36	0,45
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.532,86	-1.650,17
Intergovernamentais Concedidas	-673,56	-917,21
A Estados e/ou Distrito Federal	-124,38	-192,07
A Municípios	-549,18	-725,14
Intragovernamentais Concedidas	-705,83	-681,73
Outras Transferências Concedidas	-153,46	-51,23
Outros Desembolsos Operacionais	-20.879,63	-16.573,60
Despêndios Extraorçamentários	-12,60	-4,77
Transferências Financeiras Concedidas	-20.864,48	-16.568,84
Valores Compensados	-0,28	-
Demais Pagamentos	-2,27	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.790,15	-858,48
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	4.441,93	4.464,50
Alienação de Bens	4,12	6,16
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	4.437,81	4.458,34
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-7.232,08	-5.322,98
Aquisição de Ativo Não Circulante	-487,03	-177,75
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-6.715,93	-5.110,04
Outros Desembolsos de Investimentos	-29,12	-35,18
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
3º TRIMESTRE (FECHADO)

EMIÇÃO
15/10/2025

PÁGINA
3

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

	2025	2024
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-2.456,52	122,62
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.637,79	4.322,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.181,27	4.444,62

5. Notas Explicativas

5.1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Ministério da Agricultura e Pecuária.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

As Demonstrações Contábeis do Mapa estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigido pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

5.2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MAPA, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

5.2.1) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o **Real**, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

5.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

5.2.3 Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; (iii) Dívida ativa; (iv) Transferências concedidas; (v) Empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) Adiantamentos; (vii) Valores a compensar e (viii) Estoques.

Os valores a compensar são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

5.2.4 Estoques

Os estoques compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

5.2.5 Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; (iii) Dívida ativa e (iv) Empréstimos e financiamentos concedidos.

Os empréstimos concedidos, no FUNCAFÉ, referem-se à Dação em Pagamento com várias Instituições Financeiras.

5.2.6 Investimentos

Os investimentos são compostos por: (i) Participações permanentes; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

A União tem utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

5.2.7 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

5.2.8 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

5.2.9 Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Imóveis não cadastrados no SPIUnet e de Bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis devem ser iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI, disponível no sítio da STN, constam todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

5.2.10 Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordens de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

5.2.11 Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) Empréstimos e financiamentos; (iii) Fornecedores e contas a pagar; (iv) Obrigações fiscais; (v) Obrigações de repartições a outros entes; (vi) Provisões; e (vii) Demais obrigações.

5.2.12 Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

5.2.13 Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (I) Riscos trabalhistas; (II) Riscos fiscais; (III) Riscos cíveis; (IV) Repartição de créditos tributários; (V) Provisões matemáticas; e (VI) Outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 68, de 18 de novembro de 2022.

No âmbito do MAPA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Indenizações Trabalhistas - Embrapa;
- b) Provisões para Riscos Cíveis a longo Prazo – Embrapa;
- c) Provisões para Perdas Judiciais/Administrativas – Mapa;
- d) Provisões para Indenizações Tributárias – Embrapa;

- e) Provisões para Indenização Previdenciárias – Embrapa;
- f) Outras Provisões de Longo Prazo – Embrapa;

5.2.14 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

a) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos, redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

b) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

c) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.3. Principais mudanças de Práticas e Procedimentos Contábeis

De acordo com o Processo SEI nº 21000.021394/2023-12 a STI desenvolveu um sistema estruturado no SICAR para a extração mensal dos dados sobre os Autos de Infração PENDENTES DE PAGAMENTOS, PAGOS e ENCAMINHADOS À DIVIDA ATIVA para registro no SIAFI.

A CCONT estruturou os procedimentos dos registros extraídos pela STI no Processo SEI nº 21000.126050/2022-18 relacionado no processo acima, com a emissão da Nota Técnica 1, enviada à SDA para disseminação às SFAs, para os devidos registros contábeis a partir de dezembro/2023.

Em janeiro e dezembro de 2024 a CCONT registrou os ajustes para perdas em créditos a receber referente aos autos de infração. O cálculo do ajuste para perdas foi baseado no histórico de recebimentos passados.

Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta de valores a receber, conforme macrofunção nº 020342.

5.4 Mudanças na Estrutura Administrativas

O Decreto nº 11.332, de 01/01/2023, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária e remaneja cargos em comissão e funções de confiança e em 17 de abril de 2024 este decreto foi alterado pelo decreto nº 11.998.

5.5 Partes Relacionadas

5.5.1. Definição:

5.5.1.1 Parte relacionada

Segundo o MCASP 11ª edição, parte relacionada é a pessoa (física ou jurídica) que está relacionada com a entidade que elabora as demonstrações contábeis. São exemplos de partes relacionadas: entidades controladoras, controladas, coligadas; entidades que detenham influência significativa; grupo econômico ou sociedades do mesmo grupo; pessoal-chave da administração e membros próximos da família do pessoal-chave da administração pois, segundo a norma, são capazes de influenciar nas transações com a entidade.

Portanto, consideram-se parte relacionada aquela que tem a capacidade de controlar a outra ou exercer influência significativa sobre as decisões financeiras e operacionais, ou ainda, a existência de entidades sujeitas ao controle comum.

Por outro lado, NÃO estão incluídas no conceito de partes relacionadas: a. Entidades que proporcionam financiamento no exercício de seus negócios e sindicatos no curso normal de suas atividades com uma entidade, tendo em vista apenas essas negociações (apesar de eles restringirem a liberdade de ação da entidade ou participarem no processo de tomada de decisão); e b. Entidade cujo relacionamento é apenas de agente (intermediário).

5.5.1.2. Transação com partes relacionadas

É a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes, independentemente da cobrança de contrapartida. Excluem-se dessas transações aquelas realizadas com qualquer outra entidade que seja parte relacionada somente por causa de sua dependência econômica em relação à entidade que reporta ou em relação ao Governo da qual faz parte.

5.5.1.3. Influência significativa

É o poder de participar das decisões políticas financeiras e operacionais da entidade sem que haja o controle dessas políticas. Em relação ao direito de propriedade, o conceito de presunção da existência de influência significativa encontra-se definido no Capítulo de Investimentos em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (ECC), do MCASP 11º edição.

5.5.1.4. Pessoal-Chave da Administração

Inclui todos os diretores ou membros do corpo administrativo que, no nível do Governo como um todo, pode consistir dos representantes eleitos ou nomeados (por exemplo, presidente, governador ou prefeito, ministros ou secretários, deputados ou vereadores, conselheiros ou nomeados em cargos de confiança), os quais possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, bem como são os responsáveis pelo gerenciamento de recursos e alcance, de maneira geral, dos objetivos da entidade. Quando a entidade está sujeita à supervisão de representante eleito ou nomeado pelo corpo administrativo do Governo, esse representante deve ser incluído no pessoal-chave da administração, se a função de supervisão incluir a autoridade e a responsabilidade de planejamento, direção e controle das atividades da entidade.

Sobre os assessores-chave desses representantes, o julgamento é exigido na avaliação a fim de considerar se o indivíduo é assessor chave e se satisfaz à definição de pessoal chave da administração ou parte relacionada. Atribuições legais definidas, acesso a informações privilegiadas, relação de trabalho especial com aquele que possui o controle da entidade, podem ser alguns dos critérios verificados ao avaliar se o assessor-chave também pode exercer controle ou influência significativa sobre a entidade.

Em algumas jurisdições, empregados públicos do Governo não tem suficiente autoridade e responsabilidade para se qualificarem como pessoal-chave da administração do Governo como um todo (conforme definido nesta Norma). Nessas situações, o pessoal-chave da administração deve consistir apenas dos membros nomeados para o corpo administrativo que detenham a maior responsabilidade pelo Governo, por exemplo, Ministros de Estado. A alta administração de entidade econômica pode compreender indivíduos tanto da controladora quanto de outras entidades que, coletivamente, formam a entidade econômica.

5.5.1.5. Membros próximos da família do Pessoal-Chave da Administração

São os parentes próximos ou imediatos da família do indivíduo considerados capazes de influenciá-lo nas transações com a entidade. Embora haja necessidade do julgamento subjetivo para determinar se o indivíduo é considerado membro próximo da família, presume-se que os parentes próximos discriminados abaixo, tenham ou estejam sujeitos a tal influência de forma a satisfazer à definição da norma: a. Cônjuge, companheiro (a), filho (a) dependente ou parente vivendo na mesma residência; b. Avô (ó), pai (mãe), filho (a) não dependente, neto (a), irmão ou irmã; e c. Cônjuge ou companheiro (a) de filho (a), sogro (a), cunhado (a).

5.5.2. MAPA – Pessoal-Chave da Administração

A alta administração do órgão do MAPA participa dos seguintes colegiados:

RELATÓRIO DE ÓRGÃOS COLEGIADOS COM PARTICIPAÇÃO DA ALTA GESTÃO DO MAPA - PARTES RELACIONADAS
TOTAL: 71 COLEGIADOS

TIPO	NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VÍNCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	MEMBROS
CONSELHO	CONSELHO DELIBERATIVO DO SENAR	DECRETO Nº 566, DE 10 DE JUNHO DE 1992; LEI Nº 8.315, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991	CNA	17	1	TITULAR	CARLOS ERNESTO AUGUSTIN
	CONSELHO FISCAL DA EMBRAPA	LEI Nº 5.851, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1972	EMBRAPA	3	2	SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						TITULAR	OTTO CAVALCANTE MEDINA
						SUPLENTE	JULIA TAVARES BORGES
						TITULAR	FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO
	CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO - SESCOOP	DECRETO Nº 3.017, DE 6 DE ABRIL DE 1999	OCB	11	1	SUPLENTE	JOÃO CRESCÊNCIO ARAGÃO MARINHO
						TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
	CONSELHO CONSULTIVO DA ANVISA	DECRETO Nº 3.029, DE 16 DE ABRIL DE 1999	ANVISA	13	1	SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ANATER (CDA)	DECRETO Nº 8.252 DE 26 DE MAIO DE 2014	ANATER	11	1	SUPLENTE	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
						TITULAR	CLEVALDO DE SOUSA RIBEIRO
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA	DECRETO Nº 11.435, DE 10 DE MARÇO DE 2023	SUFRAMA	25	1	SUPLENTE	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
						TITULAR	DIONÍSIA SOARES CAMPOS
	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL SUSTENTÁVEL - CDSS	DECRETO Nº 11.454, DE 23 DE MARÇO DE 2023	PR	166	0	PONTO FOCAL	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO DE GOVERNO	LEI Nº 9.649, DE 27 DE MAIO DE 1998	PR	39	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
						SUPLENTE	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
	CONSELHO DELIBERATIVO DA APEX-BRASIL	DECRETO Nº 4.584, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2003	APEX-BRASIL	12	1	SUPLENTE	MARCEL MOREIRA PINTO
						TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
	CONSELHO DELIBERATIVO DA POLÍTICA DO CAFÉ - CDPC	PORTARIA MAPA Nº 811, DE 30 DE JUNHO DE 2025	MAPA	14	2	SUPLENTE	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
						TITULAR	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
						SUPLENTE	WILSON VAZ DE ARAÚJO
						TITULAR	JOSÉ MARIA DOS ANJOS
						SUPLENTE	SILVIO FARNESE
						TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
	CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA CONDEL/SUDAM	LEI COMPLEMENTAR Nº 124, DE 3 DE JANEIRO DE 2007	SUDAM	28	1	TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
	CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - CONDEL/SUDECO	LEI COMPLEMENTAR Nº 129, DE 8 DE JANEIRO DE 2009	SUDECO	20	1	SUPLENTE	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
						TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
	CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CONSIAM	DECRETO Nº 9.829, DE 10 DE JUNHO DE 2019	MD	11	1	SUPLENTE	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
						TITULAR	DANILO CARVALHO DO NASCIMENTO
	CONSELHO ESTRATÉGICO DA CAMEX	DECRETO Nº 11.428, DE 2 DE MARÇO DE 2023	PR	11	1	SUPLENTE	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
						TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
	CONSELHO FEDERAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA BACIA DO RIO DOCE E LITORAL NORTE CAPIXABA	PORTARIA SG/PR Nº 195, DE 16 DE MAIO DE 2025	PR	36	1	SUPLENTE	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
						TITULAR	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO
	CONSELHO NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA - CONAPE	DECRETO Nº 5.069, DE 5 DE MAIO DE 2004	MPA	61	1	SUPLENTE	ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA
						TITULAR	WINNIE MUNIZ BRUM
	CONSELHO NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CNBS	LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005	PR	11	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
	CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT	DECRETO Nº 11.474, DE 6 DE ABRIL DE 2023	MCTI	36	1	SUPLENTE	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
						TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - CNDI	DECRETO Nº 11.482, DE 6 DE ABRIL DE 2023; DECRETO Nº 12.401, DE 13 DE MARÇO DE 2025	PR	41	1	SUPLENTE	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
						TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
	CONSELHO NACIONAL DE FERTILIZANTES E NUTRIÇÃO DE PLANTAS - CONFERT	DECRETO Nº 11.518, DE 4 DE MAIO DE 2023; DECRETO Nº 10.991, DE 11 DE MARÇO DE 2022	MIDIC	11	1	SUPLENTE	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
						TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
	CONSELHO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - CONMETRO	DECRETO Nº 9.043, DE 3 DE MAIO DE 2017; LEI Nº 5.966, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1973	MIDIC	16	1	SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE	DECRETO Nº 3.520, DE 21 DE JUNHO DE 2000; LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997	MME	18	1	SUPLENTE	ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA
						TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA MINERAL - CNPM	DECRETO Nº 11.108, DE 29 DE JUNHO DE 2022	MME	18	1	SUPLENTE	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
						TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
	CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA	DECRETO Nº 6.272, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007	PR	77	1	SUPLENTE	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
						TITULAR	-
						TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO

TIPO	NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VÍNCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	MEMBROS
CONSELHO	CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN	DECRETO Nº 6.272, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007 LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	PR MTR	77 12	1 1	SUPLENTE TITULAR SUPLENTE	PEDRO ALVES CORRÊA NETO CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO PEDRO ALVES CORRÊA NETO
						TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
COMITÊ	COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO - CDPNB	DECRETO Nº 9.828, DE 10 DE JUNHO DE 2019	PR	11	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
						SUPLENTE	CARLOS GOULART
	COMITÊ DE FINANCIAMENTO E GARANTIA DAS EXPORTAÇÕES - COFIG- CAMEX	DECRETO Nº 4.993, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2004	MF	6	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
						SUPLENTE	MARCEL MOREIRA PINTO
	COMITÊ GESTOR DA CPR FURNAS	DECRETO Nº 10.838, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021	MIDR	9	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
						SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO
	COMITÊ GESTOR DA CPR SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA	DECRETO Nº 10.838, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021	MIDR	8	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
						SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO
	COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DO AGRONEGÓCIO - CT-AGRO	LEI Nº 10.332/2001, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 4.157/2002	MCTI	8	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	COMITÊ GESTOR DO PDA-MATOPIBA - CGPD-MATOPIBA	DECRETO Nº 11.767, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023	PR	17	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
						SUPLENTE	WILSON VAZ DE ARAÚJO
	COMITÊ GESTOR DO PLANO BRASIL SEM FOME NO ÂMBITO DA CAISAN	DECRETO Nº 11.422, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023	MDS	8	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
						1º SUPLENTE	CARLOS GOULART
						2º SUPLENTE	ALEXANDRE DE OLIVEIRA BARCELLOS
	COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS PRODUTIVAS	PORTARIA INTERMINISTERIAL MDA/MMA Nº 6, DE 18 DE MARÇO DE 2025	MMA	7	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
						SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO
	COMITÊ GESTOR DO SEM BARREIRAS	DECRETO Nº 10.098, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019	ME	4	2	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
						TITULAR	CARLOS GOULART
						SUPLENTE	MARCEL MOREIRA PINTO
						SUPLENTE	ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA
	COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL - CGSR	DECRETO Nº 5.121 DE 29 DE JUNHO DE 2004; LEI Nº 10.823, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003	MAPA	7	1	TITULAR	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
						SUPLENTE	DIEGO MELO DE ALMEIDA
	COMITÊ INTERFEDERATIVO DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA SUASA	PORTARIA SDA/MAPA Nº 194, DE 17 DE JULHO DE 2024	MAPA	20	8	TITULAR	CARLOS GOULART
						TITULAR	JUDI MARIA DA NÓBREGA
						TITULAR	MÁRCIO CÂNDIDO ALVES
						TITULAR	EDILENE CAMBRAIA SOARES
						TITULAR	HUGO CARLUSO
						TITULAR	MARCELO DE ANDRADE MOTA
						TITULAR	JULIANA SATIE BECKER DE CARVALHO CHINO
						TITULAR	GRACIANE GONÇALVES MAGALHÃES DE CASTRO
	COMITÊ INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS	DECRETO Nº 11.310, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022;DECRETO Nº 12.419, DE 25 DE MARÇO DE 2025	CC	9	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
						SUPLENTE	CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO
	COMITÊ INTERMINISTERIAL PARA A PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA ARÁBIA SAUDITA	DECRETO Nº 10.184, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019	CC	10	1	TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA - CIM	DECRETO Nº 11.550, DE 5 DE JUNHO DE 2023	CC	23	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
						SUPLENTE	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
	COMITÊ NACIONAL DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO - CONFAC (CAMEX)	DECRETO Nº 11.717, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023	ME	8	1	TITULAR	CARLOS GOULART
						SUPLENTE	CARLOS GOULART
	COMITÊ NACIONAL DE INVESTIMENTOS - CONINV	DECRETO 9.885, DE 27 DE JUNHO DE 2019	ME	13	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
						SUPLENTE	MARCEL MOREIRA PINTO
	COMITÊ NACIONAL DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO	DECRETO Nº 12.173, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024	MMA	30	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
						SUPLENTE	CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO
	COMITÊ NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA EXPORTADORA - CNPCE	DECRETO Nº 11.593, DE 10 DE JULHO DE 2023	MDIC	6	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
						SUPLENTE	FILPE GUERRA LOPES
	COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA - COFA	DECRETO Nº 11.368, DE 1º DE JANEIRO DE 2023 ALTERA O DECRETO Nº 6.527, DE 1º DE AGOSTO DE 2008	MMA	25	1	TITULAR	CARLOS ERNESTO AUGUSTIN
						SUPLENTE	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
	COMITÊ PERMANENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - CONDRAF	RESOLUÇÃO Nº 8, DE 23 DE JULHO DE 2024	MDA	42	1	TITULAR	MARCEL MOREIRA PINTO
						SUPLENTE	PAULO MÁRCIO MENDONÇA ARAÚJO
	COMITÊ TÉCNICO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO)	LEI COMPLEMENTAR Nº 129, DE 8 DE JANEIRO DE 2009	MIDR	20	1	TITULAR	WILSON VAZ DE ARAÚJO
						SUPLENTE	-

TIPO	NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VÍNCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	MEMBROS
COMITÊ	COMITÊ TÉCNICO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDAM (CONDEL/SUDAM)	DECRETO Nº 8.275 DE 27 DE JUNHO DE 2014	MIDR	28	1	TITULAR	WILSON VAZ DE ARAÚJO
	COMITÊ-ESTRATÉGICO DO PROGRAMA NACIONAL DE LEVANTAMENTO E INTERPRETAÇÃO DE SOLOS DO BRASIL - PRONASOLOS	DECRETO Nº 10.269, DE 6 DE MARÇO DE 2020 - PORTARIA MAPA Nº 744, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024	MAPA	8	1	TITULAR	JONATHAS DE ALENCAR MOREIRA PEDRO ALVES CORRÊA NETO
	COMITÊ-EXECUTIVO DA CÂMARA DE POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	DECRETO Nº 11.962, DE 22 DE MARÇO DE 2024	MIDR	27	1	TITULAR	BRUNO DOS SANTOS ALVES FIGUEIREDO BRASIL IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
	COMITÊ-EXECUTIVO DA CÂMARA DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO CONSELHO DE GOVERNO - CREDEN	DECRETO Nº 9.819, DE 3 DE JUNHO DE 2019	GSI	17	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
	COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO - GECEX-CAMEX	DECRETO Nº 11.428, DE 2 DE MARÇO DE 2023	ME	11	1	TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA CLEBER OLIVEIRA SOARES
CÂMARA	CÂMARA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO MÁQUINA A MÁQUINA E INTERNET DAS COISAS - CÂMARA-IOT	DECRETO DE 9.854/2019	PR	5	1	TITULAR	RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CÂMARA DE INOVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE INOVAÇÃO	DECRETO Nº 10.534, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020	MCTI	11	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
	CÂMARA DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO CONSELHO DE GOVERNO - CREDEN	DECRETO Nº 9.819, DE 3 DE JUNHO DE 2019	PR	13	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
	CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN	DECRETO Nº 11.422, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023	MDS	20	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO CARLOS GOULART
	CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO DO COMITÊ INTERFEDERATIVO CIF - CTEI	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.154, DE 01/01/2023	MMA	0	1	TITULAR	UZANE SOARES FERREIRA MIRNA LUCIA DE ALMEIDA CORREA PEDRO ALVES CORRÊA NETO IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
COMISSÃO	COMISSÃO DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS - CGFLOP	DECRETO Nº 11.957, DE 21 DE MARÇO DE 2024	MMA	26	1	TITULAR	ERNI CRISTIANO GERMENDORFF PEDRO ALVES CORRÊA NETO
	COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PROAGRO - CER-PROAGRO	DECRETO Nº 10.124, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019	MAPA	5	1	TITULAR	JOÃO CRISTIANO GERMENDORFF PEDRO ALVES CORRÊA NETO
	COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PLANO SETORIAL PARA CONSOLIDAÇÃO DE UMA ECONOMIA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO NA AGRICULTURA - CENABC	DECRETO Nº 10.431, DE 20 DE JULHO DE 2020; RESOLUÇÃO Nº 1, DE 11 DE MARÇO DE 2025	MAPA	16	5	TITULAR	JOÃO CRESCÊNCIO ARAGÃO MARINHO BRUNO DOS SANTOS ALVES FIGUEIREDO BRASIL RODRIGO MOREIRA DANTAS CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO SILVIA REGINA SILVA DE OLIVEIRA BENTO IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO FLAVIO TADEU COSTA SILVA JOÃO CLAUDIO DA SILVA SOUZA JONATHAS DE ALENCAR MOREIRA PEDRO ALVES CORRÊA NETO ALEX AUGUSTO GONÇALVES CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
	COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR - CIRM	DECRETO Nº 9.858, DE 25 DE JUNHO DE 2019	MB	17	1	TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA PEDRO ALVES CORRÊA NETO CARLOS ALBERTO ANDRADE E JURGIELEWICZ
	COMISSÃO INTERMINISTERIAL PERMANENTE DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO	DECRETO Nº 11.367, DE 1º DE JANEIRO DE 2023	MMA	19	1	TITULAR	ALESSANDRO CRUVINEL FIDELIS GUILHERME CAMPOS JÚNIOR CARLOS GOULART
COMISSÃO	COMISSÃO NACIONAL DE GEOINFORMAÇÃO- CONGEO	PORTARIA GM/MPO Nº 32, DE 14 DE MARÇO DE 2025	MPO	28	1	TITULAR	MARCELO DE ANDRADE MOTA ANDRÉA FERNANDES PEREZ NUNES LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
	COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL NO ÂMBITO DO FONAREF/CNJ	PORTARIA CNJ Nº 30 DE 21 DE MAIO DE 2025	CNJ	8	1	TITULAR	CARLOS ERNESTO AUGUSTIN
	GRUPO DE TRABALHO COM A FINALIDADE DE SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DE PLANO ESTRATÉGICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA RASTREABILIDADE INDIVIDUAL DE BOVINOS E BUBALINOS	PORTARIA SDA/MAPA Nº 1113, DE 14 DE MAIO DE 2024	MAPA	14	3	TITULAR	
	GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE INVESTIMENTO PRODUTIVO AGROPECUÁRIO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DE ANGOLA- GTI-BR-AO	PORTARIA INTERMINISTERIAL MAPA/MRE Nº 23, DE 30 DE JUNHO DE 2025	MAPA/MRE	8	1	TITULAR	
						SUPLENTE	

TIPO	NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VÍNCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	MEMBROS
GRUPO	GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL PARA REUNIR INFORMAÇÕES E FORMULAR PROPOSTAS ACERCA DO ENDIVIDAMENTO DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM RAZÃO DAS CONSEQUÊNCIAS DERIVADAS DE EVENTOS CLIMÁTICOS.	PORTARIA MAPA Nº 814, DE 11 DE JULHO DE 2025; PORTARIA MAPA Nº 812, DE 30 DE JUNHO DE 2025	MAPA	24	3	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
						SUPLENTE	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
						TITULAR	WILSON VAZ DE ARAÚJO
						SUPLENTE	JOÃO CLAUDIO DA SILVA SOUZA
						TITULAR	TIAGO NUNES DE FREITAS DAHDAH
						SUPLENTE	JONATHAS DE ALENCAR MOREIRA
	GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL SOBRE A ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GTI-OCDE	DECRETO Nº 11.671, DE 30 DE AGOSTO DE 2023	PR	16	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
						1º SUPLENTE	AUGUSTO LUÍS BILLI
						2º SUPLENTE	ANDRÉA FIGUEIREDO PROCÓPIO DE MOURA
SUBCOMITÊ	SUBCOMITÊ DE RETOMADA ECONÔMICA NO ÂMBITO DO COMITÊ DO RIO DOCE-CRD	RESOLUÇÃO CRD Nº 2, DE 9 DE MAIO DE 2025	PR	8	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
						SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO
						TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
SUBCOMISSÃO	SUBCOMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DAS QUEIMADAS NO BIOMA CERRADO - PPCERRADO	DECRETO Nº 11.367, DE 1º DE JANEIRO DE 2023	CC	13	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
						SUPLENTE	BRUNO DOS SANTOS ALVES EIGUEIREDO BRASIL
						TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
						SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO
	SUBCOMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DE PREVENÇÃO E CONTROLE DOS DESMATAMENTOS E QUEIMADAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA - PPCDAM	DECRETO Nº 11.367, DE 1º DE JANEIRO DE 2023	CC	13	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
						SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO

5.1.3. EMBRAPA

Remuneração de empregados

A política salarial da Embrapa contempla remunerações para o quadro de empregados variando entre R\$ 0,003 milhões e R\$ 0,046 milhões, com média salarial de R\$ 0,025 milhões. No levantamento, foi considerada toda base remuneratória, incluindo incorporação de função gratificada, anuênio /quinqüênio, função gratificada, adicional de titularidade, complementação pecuniária, horas extras, adicional de atividade jurídica e adicional de atividade jornalística. A média é calculada com base na remuneração total dos empregados na apuração dos encargos previdenciários.

Quantitativo de empregados

A quantidade de empregados contratados até 30 de setembro de 2025 é de 7.397.

Remuneração de dirigentes

A remuneração mensal individual de membros da Diretoria-Executiva é fixo em R\$0,037 milhões. Os dirigentes possuem adicionais de um terço de férias e pagamento de 13º salário, além do auxílio-moradia e Remuneração Variável. O custo total do período findo em 30 de setembro de 2025 totaliza R\$ 2,94 milhões. Em 30 de setembro de 2024 o valor do honorário era de R\$ 0,034 milhões. Não foi praticada a remuneração variável na Embrapa nesse período.

Quanto à remuneração dos conselheiros de administração e fiscais, a Embrapa cumpre o art. 1º da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, ou seja, a remuneração não excederá a 10% da média salarial dos diretores, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Empresa.

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração (Consad), do Conselho Fiscal (Confis) e do Comitê de Auditoria (Coaud) foi de R\$ 0,004 milhões cada, cujo custo total do período, findo em 30 de setembro de 2025 R\$ 0,714 milhões. Em 30 de setembro de 2025, o valor do honorário de conselheiros era de R\$0,003 milhões. Entre os membros dos conselhos, há conselheiros que atuam na Administração Federal e não há diferença remuneratória entre os membros que não pertencem à Administração Federal. Destaca-se que o Coaud é composto somente por membros independentes.

Entidade fechada de previdência complementar

A Embrapa coloca à disposição de seus empregados dois planos de benefícios de previdência complementar: o plano Embrapa Básico e o plano Embrapa-FlexCeres. Na Tabela demonstram-se, por plano, os valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes.

Tabela 01. Valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes (Em milhares):

Plano	Patrocinadora	Participantes	Total
Embrapa Básico	50,98	40,80	91,78
Embrapa-FlexCeres	38,14	48,50	86,64
Total	89,12	89,30	178,42

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

O plano Embrapa Básico, que está fechado para novas inscrições, é um plano estruturado na modalidade de benefício definido, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no salário.

O plano Embrapa-FlexCeres é um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo INPC, e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no saldo acumulado de contribuição (participante + patrocinadora). Os benefícios de risco são calculados com base no salário.

Os planos patrocinados pela Embrapa encerraram o mês de setembro de 2025 com 11.512 participantes e assistidos, sendo 7.095 no plano Embrapa Básico e 4.417 no plano Embrapa-FlexCeres.

Tabela 02: Número de participantes (ativos e assistidos) por plano, em 30 de setembro de 2025. (Em R\$ mil)

Plano	Participante	Assistido	Total
Embrapa Básico	2.021	5.074	7.095
Embrapa-FlexCeres	4.110	307	4.417
Total	6.131	5.381	11.512

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

Plano de Saúde – Caixa de Assistência dos Empregados da Embrapa

A Caixa de Assistência dos Empregados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (CASEMBRAPA) foi constituída em outubro de 2007, como uma operadora de saúde suplementar de médio porte, no modelo de funcionamento de autogestão, com natureza assistencial, sem fins lucrativos, com sede em Brasília/DF e de abrangência em todo território nacional.

Conforme o art. 6º do Estatuto Social da Casembrapa, essa instituição tem como objetivos sociais prestar, aos seus associados, assistência suplementar à saúde; praticar ações para a prevenção de doenças, promoção, reabilitação e recuperação da saúde; celebrar convênios de reciprocidade com outras operadoras para melhor atendimento aos associados e dependentes; e, firmar convênios de cooperação técnica com a Agência Nacional de Saúde (ANS) e o Ministério da Saúde para promoção de estudos e pesquisas para o aperfeiçoamento da assistência à saúde suplementar e da autogestão.

A gestão da Casembrapa é composta pelos órgãos: Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitês Consultivos. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação superior responsável pelo estabelecimento dos objetivos, políticas assistenciais, diretrizes fundamentais e orientações gerais de organização, operação e administração da Casembrapa. A Diretoria Executiva tem como responsabilidade a administração geral da Operadora, cabendo-lhe o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulamentares. O Conselho Fiscal, responsável pelo controle interno, zela pela gestão econômico-financeira da Operadora. Por fim, os Comitês Consultivos têm caráter de consulta e informação nas Unidades Descentralizadas da Embrapa.

Em relação aos beneficiários do plano, o quantitativo compreendia, em 30 de setembro de 2025, 20.323 vidas, sendo associados da Embrapa e Casembrapa, cujo detalhamento no que se refere a Embrapa, será apresentado nos próximos itens.

Para atender esses beneficiários, a Casembrapa possui credenciamento direto com aproximadamente 1.783 prestadores, contemplando: clínicas, hospitais, laboratórios, médicos, centros de tratamento para dependência química, cooperativas e associações. Além disso, para atendimento nas localidades externas ao Distrito Federal, a Casembrapa possui contratos de cessão de rede com as operadoras CASSI, UNIMED CAMPINAS e SEGUROS UNIMED CARING.

Composição Da Carteira De Beneficiários

Avaliação da composição da carteira de beneficiários, considerando a evolução do percentual de idosos, a idade média dos beneficiários, a distribuição de beneficiários por faixa etária, a razão de dependência e o índice de envelhecimento.

Conforme art. 8º do Estatuto Social da Casembrapa, a carteira de beneficiários é composta por:

I – Associados Titulares: empregado ativo e ex-empregado da Embrapa, aposentado e demitido sem justa causa;

II – Dependentes dos Associados Titulares:

- Cônjuge ou companheira/o;
- Filho (natural ou adotivo), ou enteado solteiro, menor de 21 anos, sem renda própria, ou se inválido, enquanto durar a invalidez;
- Menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial, solteiro e sem renda própria, observado o disposto nos itens b e c.

Em 30 de setembro de 2025, a Casembrapa possuía 20.323 beneficiários, enquadrando-se na categoria de operadora de médio porte (entre 20 mil e 100 mil). Em relação ao exercício anterior (Dez/2024), houve uma redução no número de beneficiários de aproximadamente 2,64%.

Para fins de análise das características da carteira de beneficiários, o grupo foi desmembrado em duas categorias:

a) Ativos: composto por empregados em efetivo exercício na Embrapa e respectivos dependentes; e

b) Assistidos: composto por ex-empregados – aposentados ou demitidos sem justa causa – viúvos/as e respectivos dependentes.

Considerando o quantitativo de 20.322 beneficiários, o grupo de “Beneficiários Assistidos” representa 23,07%. Além disso, o grupo de “Assistidos Titulares”, no total de 6.144 beneficiários, o que corresponde 85,33% do total de empregados em efetivo exercício na Embrapa, no total de 7.200 empregados em efetivo exercício na Embrapa.

A tabela abaixo apresenta o quantitativo de titulares e dependentes em cada grupo.

Distribuição de Beneficiários Ativos		Distribuição de Beneficiários Assistidos	
<u>Assistido Titular</u>	<u>Assistido Dependente</u>	<u>Assistido Titular</u>	<u>Assistido Dependente</u>
6.144	9.488	2.783	1.907

Considerando a distribuição dos beneficiários por faixa etária, observa-se que 39,15% têm idade igual ou superior a 59 anos em 30 de setembro de 2025.

A tabela a seguir demonstra o cálculo da razão de dependência dos beneficiários do plano de saúde:

Tabela: Razão de dependência dos beneficiários

Razão de Dependência	
Nº Beneficiários de 0 a 14 anos de Idade (A)	3.033
Nº Beneficiários de 60 ou mais anos de Idade (B)	7.956
Nº Beneficiários de 15 a 59 anos de Idade (C)	9.333
Razão de Dependência ((A+B) / C*100)	117,7%

Fonte: Sistema de Gestão (HRP)/Casembrapa

O indicador possibilita a interpretação da participação relativa do contingente populacional potencialmente dependente econômico, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva.

Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para o plano.

Tabela: Casembrapa – Despesas Realizadas (janeiro a setembro 2025)

Faixa Etária	Ativo	Inativo	Casembrapa	Total
De 0 a 18 anos	10,30	0,12	0,15	10,57
De 19 a 23 anos	3,69	0,38	0,02	4,09
De 24 a 28 anos	0,08	0,00	0,03	0,12
De 29 a 33 anos	0,41	0,02	0,14	0,57
De 34 a 38 anos	1,58	0,03	0,17	1,78
De 39 a 43 anos	6,20	0,03	0,14	6,37
De 44 a 48 anos	9,80	0,23	0,13	10,17
De 49 a 53 anos	12,19	0,29	0,10	12,58
De 54 a 58 anos	12,61	1,93	0,01	14,56
59 anos ou mais	40,23	67,51	0,12	107,86
TOTAL	97,09	70,56	1,02	168,67

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

A contribuição dos inativos é composta por: 6,86% sobre a última referência salarial que se encontravam vinculados na época do desligamento (por grupo familiar) + a parte patronal paga pelos Inativos: R\$ 476,41 (per capita) + coparticipação quando houver utilização.

Tabela: Receita realizada do plano Embrapa (janeiro a setembro 2025) - valores em R\$ milhões

RECEITA 01/2025 A 09/2025 - EMBRAPA					
Faixa Etária	MENSALIDADE		PATRONAL		TOTAL
	Ativo	Inativo	Inativo	Embrapa	
De 0 a 18 anos	0,00	0,06	0,38	17,88	18,32
De 19 a 23 anos	0,00	0,04	0,32	5,30	5,66
De 24 a 28 anos	0,00	0,00	0,02	0,19	0,21
De 29 a 33 anos	0,00	0,01	0,02	0,43	0,46
De 34 a 38 anos	0,87	0,00	0,02	1,72	2,62
De 39 a 43 anos	7,57	0,01	0,07	6,58	14,23
De 44 a 48 anos	12,77	0,09	0,21	8,89	21,96
De 49 a 53 anos	12,72	0,10	0,26	8,59	21,67
De 54 a 58 anos	12,61	0,43	0,80	9,09	22,93
59 anos ou mais	29,16	24,26	18,18	20,60	92,21
TOTAL	75,69	25,00	20,28	79,28	200,26

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

RECEITA 01/2025 a 09/2025 - CASEMBRAPA					
Faixa Etária	MENSALIDADE		PATRONAL		TOTAL
	Ativo	Inativo	Ativo	Inativo	
De 0 a 18 anos	0,00	0,00	0,46	0,00	0,46
De 19 a 23 anos	0,00	0,00	0,06	0,00	0,06
De 24 a 28 anos	0,02	0,00	0,05	0,00	0,07
De 29 a 33 anos	0,03	0,00	0,10	0,00	0,13
De 34 a 38 anos	0,08	0,00	0,16	0,00	0,24
De 39 a 43 anos	0,09	0,00	0,25	0,00	0,34
De 44 a 48 anos	0,03	0,00	0,11	0,00	0,14
De 49 a 53 anos	0,02	0,00	0,05	0,00	0,07
De 54 a 58 anos	0,01	0,00	0,03	0,00	0,04
59 anos ou mais	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00
TOTAL	0,27	0,00	1,28	0,00	1,56

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

6. Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

6.1 Balanço Patrimonial

A – Balanço Patrimonial-ATIVO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
ATIVO CIRCULANTE	4.247,71	6.516,90	-34,82%	100,00%
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.181,27	5.637,79	-43,57%	74,89%
Créditos a Curto Prazo	1.010,33	819,77	23,25%	23,79%
Estoques	56,10	59,33	-5,45%	1,32%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web.

O ativo circulante ocupa um percentual de 28,53% de todo o ativo. Em comparação ao mesmo período do exercício anterior nota-se que o Ativo Circulante teve uma diminuição na ordem de 34,82%. Essa redução teve relevante contribuição da conta Caixa e Equivalentes de Caixa, apresentando um decréscimo de 43,57% em relação ao exercício de 2024.

Importante salientar que a referida conta corresponde a 74,89% de todo o Ativo Circulante. Seu detalhamento, com os valores que compõem o saldo de R\$ 3,181 bilhões, segue assim discriminado:

Caixa e Equivalentes de Caixa:

R\$ Milhões

Caixa e Equivalentes de Caixa	30/09/2025		31/12/2024	
	Saldo R\$	% do total	Saldo R\$	% do total
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	961,48	30,22%	4.754,72	84,34%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO – OFSS	1.320,03	41,49%	215,58	3,82%
LIMITE DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO – OFSS	822,73	25,86%	614,43	10,90%
FUNDO DE APLICACAO FINANCEIRA	24,83	0,78%	25,79	0,46%
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	4,69	0,15%	5,46	0,10%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,22	-	0,09	-
GARANTIAS	47,30	1,49%	21,73	0,39%
Totais	3.181,27	100,00%	5.637,79	100%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Do total da conta Caixa e Equivalente de Caixa, 30,22% refere-se a conta **CTU – Recursos da Conta Única Aplicados** e referem-se às aplicações financeiras do Órgão Funcafé na Conta Única da União, todavia, a maior participação, 41,49%, corresponde ao Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS que trata do montante de recursos financeiros disponíveis para a atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” – no total de R\$ 3,181 bilhões

- ➔ Moeda Nacional em 30/09/2025 **R\$ 3,129 bilhões**
- ➔ Moeda Estrangeira em 30/09/2025 **R\$ 4,69 milhões**
- ➔ Valores Rest. e Vinc. em 30/09/2025 **R\$ 47,30 milhões**

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” em Moeda Nacional – no total de R\$ R\$ 3,129 bilhões:

- ➔ Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional **R\$ 961,48 milhões**

➔ Bancos Conta Movimento – Demais Contas	R\$ 0,22 milhões
➔ Aplicações Financeiras de Liquidez	R\$ 24,83 milhões
➔ Limite de Saque Órgãos e Entidades OFSS	R\$ 2,143 bilhão

R\$ Milhões

Por Órgão	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	2.274,55	4.755,50	-52,17%	71,50%
MINIST. DA AGRICULTURA E PECUARIA	555,17	657,99	-15,63%	17,45%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	351,55	224,30	56,73%	11,05%
Total:	3.181,27	5.637,79	-43,57%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Em relação à Conta Caixa e Equivalentes de Caixa por órgão, destacou-se o percentual do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ) que detém 71,50% do total da conta, em que pese quando comparado ao exercício de 2024, tenha sido o órgão que apresentou maior diminuição, 52,17%, o que impactou substancialmente para a redução de 43,57% no total consolidado.

Importa lembrar que a partir de setembro de 2024 passou-se a efetuar os registros na conta de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, que dizem respeito aos Depósitos de Garantias relativas a Encargos Trabalhistas, após determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) através do item 9.2 do Acórdão TCU nº 2.717/2023.

➔ Créditos a Curto Prazo

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
Créditos a Curto Prazo	1.010,33	819,77	23,24%	100,00%
<u>CREDITOS A CURTO PRAZO</u>	8,72	6,67	30,73%	0,86%
CLIENTES	8,72	6,67	30,73%	0,86%
<u>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</u>	1.001,60	813,10	23,18%	99,14%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	293,20	185,12	58,39%	29,02%
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	8,20	10,60	-22,66%	0,81%
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	6,34	9,01	-29,61%	0,63%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	708,09	619,40	14,32%	70,09%
AJUSTE P/PERDA DEMAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	-14,23	-11,02	-29,08%	-1,40%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 23,79% referem-se a Créditos a Curto Prazo, apresentando saldo de **R\$ 1,010 bilhão**, aumento de 23,24% em relação a 2024.

No que diz respeito ao Ajuste para Perdas Demais Créditos/Valores a Curto Prazo, os valores foram calculados por meio de uma metodologia instituída com base na média estimativa baseada no levantamento de valores que representam a expectativa dos ingressos de créditos a receber provenientes dos registros de multas resultantes dos autos de infração aplicados pelo MAPA.

Apesar de o percentual ter crescido em relação ao exercício anterior, a conta Clientes torna-se pouco significativa na composição do saldo dos créditos a curto prazo. Por outro lado, as contas Adiantamentos Concedidos e Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo compreendem as maiores relevâncias em termos absolutos. Esses valores se originam, em sua maior parte, de adiantamentos concedidos a pessoal por parte da EMBRAPA e do próprio MAPA, além de créditos decorrentes de infrações legais e contratuais, como também de Adiantamentos de Termos de Execução Descentralizada (TEDs).

→ Demais Créditos e Valores de Curto Prazo:

Adiantamentos Concedidos:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	293,20	185,12	58,39%	100,00%
13 SALÁRIO – ADIANTAMENTO	143,65	71,40	101,18%	48,99%
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	44,14	62,11	-28,94%	15,05%
ADIANTAMENTO DE VIAGENS	0,37	-	100,00%	0,13%
SALÁRIOS E ORDENADOS	2,88	2,50	14,93%	0,98%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS INTRA OFSS	0,15	-	100,00%	0,05%
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	90,48	36,34	149,01%	30,86%
ADIANTAMENTO CONCEDIDO – SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,61	0,03	1.725,78%	0,21%
ADIANTAMENTOS A UNIDADES E ENTIDADE	10,92	12,73	-14,20%	3,72%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Foi identificado que os saldos correspondentes a Adiantamentos Diversos Concedidos e Adiantamentos Concedidos – Intra OFSS estão superavaliados e, portanto, serão objeto de ajuste até o encerramento do exercício. Uma parte deverá ser regularizada como despesa do exercício corrente e outra como ajuste de exercícios anteriores.

Outros Créditos a Receber:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	708,09	619,40	14,32%	100,00%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	16,76	12,51	33,99%	2,37%
OUTROS CRED A REC E VALORES A CP - INTRA OFSS	691,33	606,89	13,91%	97,63%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

R\$ Milhões

Órgão	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	42,86	38,49	11,33%	6,05%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	9,83	14,38	-31,68%	1,39%
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	655,41	566,52	15,69%	92,56%
Total	708,09	619,40	14,32%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

O saldo de Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo – Intra OFSS encontra nos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) sua maior parcela, que sozinhos respondem por 99,55% do total do grupo.

Outro ponto que merece destaque é o atendimento por parte do Ministério da Agricultura (MAPA) de recomendações feitas em processo de Auditoria promovido pela Controladoria Geral da União (Processo 21000.126050/2022-18 – Recomendação de Auditoria nº 1277033). Foi a partir do atendimento a essa cobrança que os autos de infração passaram a figurar no SIAFI em valores que são inseridos mensalmente por meio dos registros efetuados no último dia do mês, através dos saldos levantados do sistema SICAR, proporcionando maior controle dos ativos a receber oriundos de infrações e multas aplicadas aos transgressores no âmbito da agricultura e pecuária.

→ Estoque:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
ESTOQUES	56,10	59,33	-5,45%	100,00%
MERCADORIAS PARA REVENDA	3,11	3,07	1,40%	5,55%
PRODUTOS E SERVICOS ACABADOS	2,29	2,61	-11,94%	4,09%
PRODUTOS E SERVICOS EM ELABORAÇÃO	0,34	0,34	0,00%	0,61%
MATERIAIS EM TRANSITO	0,01	0,00	100,00%	0,01%
ALMOXARIFADO	43,03	44,90	-4,17%	76,70%
OUTROS ESTOQUES	7,31	8,41	-13,04%	13,04%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

A conta Estoque apresentou um leve decréscimo em relação ao exercício anterior, com redução de 5,45% do seu total. A conta Almoxarifado, assim como em 2024, continua com a maior representatividade na composição do saldo de Estoques, abarcando 76,70% do total da conta.

Órgão	R\$ Milhões			
	30/09/2025	31/12/2024	% AH	% AV
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	16,45	16,95	-2,92%	29,32%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	39,65	42,39	-6,47%	70,68%
Total	56,10	59,33	-5,45%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Em análise dos Estoques sob a perspectiva da composição do saldo entre os órgãos, a EMBRAPA concentra a maior participação da conta, que representa o percentual de 70,68% de todo o grupo.

B-Balanço Patrimonial- ATIVO NÃO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.642,62	11.969,38	-11,08%	100,00%
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.839,83	7.393,30	-21,01%	54,87%
Investimentos	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Imobilizado	4.715,66	4.483,38	5,18%	44,31%
Intangível	87,13	92,69	-6,00%	0,82%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

O Ativo Não Circulante representa 71,47% do total do Ativo e houve uma baixa em seu saldo, na casa de 11,08%, em relação a 2024. A conta de Ativo Realizável a Longo Prazo que apresenta a maior representatividade, 54,87%, sofreu uma redução no período em análise, na ordem de 21,01%.

Cumpramos ressaltar que essa diminuição foi diretamente ocasionada em virtude da realização, no primeiro trimestre de 2025, do registro de ajuste de perdas estimadas referentes aos empréstimos concedidos a receber do FUNCAFÉ, em conta redutora do ativo, no valor de R\$ 4.262.892.238,59 (quatro bilhões duzentos e sessenta e dois milhões oitocentos e noventa e dois mil duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos) cujo valor foi calculado com base no histórico contábil dos últimos três exercícios conforme metodologia estabelecida na [Macrofunção 020342 – AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS](#).

➔ Ativo realizável a Longo Prazo

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.839,83	7.393,30	-21,01%	100,00%
CREDITOS A LONGO PRAZO	5.330,31	6.912,03	-22,88%	91,28%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	509,52	481,27	5,87%	8,72%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

➔ Créditos a Longo Prazo – Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	5.330,31	6.912,03	-22,88%	100,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	5.128,93	6.710,68	-23,57%	96,22%
FATURAS/DUPPLICATAS A RECEBER - ESTOQUE PRÓPRIO	201,35	201,35	0,00%	3,78%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

➔ Empréstimos e Financiamentos Concedidos

R\$ Milhões

Órgão	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	9.391,86	6.710,68	39,95%	100,00%
Total	9.391,86	6.710,68	39,95%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Os empréstimos e Financiamentos Concedidos apresentaram um aumento na ordem de 39,95% em relação ao ano de 2024, com o **Funcafé** concentrando a totalidade da concessão dos empréstimos. Uma vez que o **Funcafé** assumiu com exclusividade a carteira de créditos e financiamentos a longo prazo do MAPA, é importante destacar que os recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira são destinados a financiamentos à cafeicultura em linhas de crédito para o custeio das lavouras, comercialização e aquisição de café, capital de giro para indústrias e cooperativas, e para recuperação de cafezais danificados por intempéries climáticas.

O público-alvo são cafeicultores e suas cooperativas, indústrias de café torrado, moído e de solúvel, torrefadores e exportadores. Os recursos chegam a esse público por meio de instituições financeiras que firmam contrato com o MAPA. As condições para a concessão dos financiamentos (taxas, itens negociáveis, parcelas, prazo de carência, liberação do crédito, beneficiários, etc.) são estabelecidas em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e consolidadas nos capítulos 9 e 7, Seção 5 do Manual de Crédito Rural.

Importa ressaltar o fato de que as diversas linhas de crédito em plena execução podem ser encontradas no painel disponibilizado com dados e informações recentes contendo os valores contratados, liberados e disponíveis, com percentuais que possibilitam a qualquer interessado acompanhar o nível de recursos aplicados, a quantidade de beneficiários atendidos, os valores aplicados por linhas de crédito ou por unidade da federação. As informações do painel do Funcafé podem ser encontradas através do seguinte link de acesso: Indicadores-MAPA

Através de sua página na internet [MAPA-Funcafé](#) especificamente no que diz respeito às suas políticas agrícolas vigentes, o Funcafé disponibiliza também para acesso de quaisquer usuários, a execução orçamentária, suas receitas, liberações de recursos, os Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e convênios firmados.

➔ Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

R\$ Milhões

Órgão	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	408,24	386,59	5,60%	80,12%
MINIST. DA AGRICUL. PECUARIA E ABASTECIMENTO	99,82	93,23	7,07%	19,59%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	1,45	1,45	0,00%	0,28%
Total	509,52	481,27	5,87%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	13,74	13,75	-0,04%	100,00%
CRÉDITO A RECEBER POR ACERTO FINAN C/SERV E EX-SERV	3,64	3,64	0,00%	26,49%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES A RECEBER	0,01	0,01	0,00%	-
DUPLICATAS E TÍTULOS EM CONTENCIOSO	8,63	8,64	-0,07%	62,81%
CRÉDITOS PARCELADOS	1,47	1,47	0,00%	10,70%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

A conta **Demais Créditos e Valores a Longo Prazo** sofre um aumento de 5,87% comparado ao último trimestre de 2024, consequentemente, no que diz respeito ao volume de recursos desse item, a **EMBRAPA** permanece como responsável dos valores mais significativos, detendo 80,12% de sua totalidade.

- O Imobilizado é objeto de análise à parte conforme a Nota nº 004;
- O Intangível é objeto de análise à parte conforme a Nota nº 005;

C – Balanço Patrimonial - PASSIVO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	<u>3.002,38</u>	<u>2.524,99</u>	<u>18,91%</u>	<u>100,00%</u>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.123,87	805,65	39,50%	37,43%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	600,89	761,94	-21,14%	20,01%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	197,89	102,98	92,16%	6,59%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,03	0,01	945,26%	0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.079,71	854,42	26,37%	35,96%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Dos **R\$ 5,363 bilhões** existentes no Passivo Exigível, 55,98% se concentram no passivo circulante, que apresentou um acréscimo de 18,91% em relação ao último trimestre do exercício anterior.

A movimentação mais relevante que contribuiu para esse aumento foi a variação positiva de 39,50% que ocorreu nas contas de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo. Esses valores representam compromissos referentes a salários, remunerações, encargos sociais e benefícios assistenciais e previdenciários, no âmbito do MAPA e da EMBRAPA.

Muito embora já tenha sido descrito no ativo circulante, merece ênfase o fato dos registros contábeis que antes constavam na conta de controle 89.711.21.00 – Controle de Provisão de Encargos Trabalhistas, após determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) através do item 9.2 do Acórdão TCU nº 2.717/2023, passarem a constar também no passivo, na conta 21.881.04.06 – Depósitos Retidos de Fornecedores.

- Os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo são objeto de análise à parte conforme a Nota 001;

D - Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	<u>2.361,04</u>	<u>2.251,21</u>	<u>4,88%</u>	<u>100,00%</u>
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86	0,00%	13,38%
Provisões a Longo Prazo	2.045,03	1.935,35	5,67%	86,61%
Demais Obrigações de Longo Prazo	0,14	-	100,00%	0,00%

O Passivo Não Circulante, que representa 44,02% do Passivo Exigível, apresentou uma pequena oscilação positiva de 4,88% em relação ao final do exercício de 2024. Importa destacar que dos R\$ 2,045 bilhões das Provisões a Longo Prazo, R\$ 1 bilhão é referente a possíveis perdas tanto na esfera judicial como na via administrativa, registradas pela Secretaria de Política Agrícola através do processo STN 17944.002670/2024-99 e do processo 21000.036781/2024-26, a ser julgado por meio de ação ordinária no Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

- Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo são objeto de análise à parte conforme a Nota nº 001;
- As Provisões a Longo Prazo são objeto de análise a parte conforme a Nota 003;

E - Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
Patrimônio Social e Capital Social	3.180,43	3.149,19	0,99%	33,38%
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	123,34	31,25	294,72%	1,29%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,01	0,01	0,00%	0,00%
Demais Reservas	271,72	261,25	4,01%	2,85%
Resultados Acumulados	5.951,41	10.268,38	-42,04%	62,47%
Total do Patrimônio Líquido	9.526,92	13.710,08	-30,51%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Na análise, verifica-se que ocorreu queda significativa no valor do Patrimônio Líquido com uma variação negativa de 30,51%, impulsionada pela redução no subgrupo mais relevante, Resultados Acumulados, onde cumpre ressaltar que o resultado até o 3º trimestre de 2025 aponta um déficit da ordem de R\$ 4,275 bilhões, com considerável impacto dos cálculos de ajustes perdas estimadas referentes aos empréstimos concedidos a receber do FUNCAFÉ.

Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao término do 3º Trimestre de 2025, o MAPA apresentou um saldo de **R\$ 513,75 milhões**, relacionados com Fornecedores e Contas a Pagar de curto e longo prazo, com acréscimo de 22,66% em relação a dezembro de 2024.

A seguir apresenta-se a tabela segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

R\$ Milhões

COMPOSIÇÃO	30/09/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Circulante (Curto Prazo)	197,89	102,98	92,16%	38,52%
Nacionais	197,89	102,98	92,16%	38,52%
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Não Circulante (Longo Prazo)	315,86	315,86	0,00	61,48%
Nacionais	315,86	315,86	0,00	61,48%
Total	513,75	418,84	22,66%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto ao Curto Prazo, verifica-se um acréscimo de 38,52% em relação a dezembro 2024.

Para os Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 30/09/2025 o saldo relevante é Fornecedores Nacionais de Longo Prazo, do órgão contratante FUNCAFÉ.

Na Tabela 02 estão discriminados os percentuais por órgão, sendo que o Funcafé corresponde à maior parcela de Fornecedores a Pagar, representando 61,48% do total da rubrica.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão.

R\$ Milhões

Órgão	30/09/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	163,55	71,79	127,83%	31,83%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA	315,86	315,86	0,00%	61,48%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	34,33	31,18	8,59%	6,68%
Total	513,75	418,84	16,71%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Na tabela apresentada a seguir, com data-base de 30/09/2025, estão discriminados os fornecedores mais significativos do Mapa com seus respectivos saldos.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

R\$ Milhões

FORNECEDORES	30/09/2025	AV (%)
BANCO DO BRASIL SA	315,86	61,48%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	95,76	18,64%
XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	19,24	3,74%
MAQCAMPO SOLUÇÕES AGRÍCOLAS S/A	13,33	2,59%
COMAZI TRATORES E MÁQUINAS LTDA	11,74	2,29%
PLUXEE BENEFÍCIOS BRASIL S/A	10,20	1,99%
CAIXA DE ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMBRAPA	9,90	1,93%
DISTRIBUIDORA CUMMINS MINAS LTDA	4,61	0,90%
DISTRIBUIDORA CUMMINS MINAS LTDA	2,41	0,47%
HITSS DO BRASIL SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA	2,07	0,40%
Demais Fornecedores	28,63	5,57%
Total	513,75	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

No âmbito do Mapa, o Funcafé é responsável por 61,48% do total das obrigações. Sendo observado no trimestre, o aumento significativo das obrigações de curto prazo do Mapa e Embrapa, devido a novos contratos registrados.

Conforme ilustra a tabela acima, que elenca as obrigações mais expressivas do MAPA – Órgão Superior, o valor a pagar ao fornecedor Banco do Brasil, no valor de R\$ 315,86 milhões, refere-se à obrigação de Longo Prazo do órgão contratante Funcafé.

O valor de R\$ 315,86 milhões (sem correção monetária) foi registrado no exercício de 2013 e trata-se de reconhecimento de dívida sem suporte orçamentário referente ao contrato de “DAÇÃO EM PAGAMENTO” para prestação de serviços de administração de créditos celebrado entre o Funcafé e o Banco do Brasil para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram objeto de dação em pagamento à União, de acordo com a Medida Provisória nº 2.196- 3, de 24 de agosto de 2001.

O órgão do Funcafé informou que o valor foi judicializado em junho de 2015, no TRF – 1º Região no processo nº 0035446-59.2015.4.01.3400, e que, em 30 de junho de 2023, foi proferida sentença julgando procedente o pedido para condenar a União ao pagamento da dívida confessada no Instrumento de Reconhecimento de Dívida (R\$ 361.788.835,35 - trezentos e sessenta e um milhões, setecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos - atualizados até 19 de junho de 2015), com a devida atualização e juros de mora até a data do efetivo pagamento e que no dia 15 de setembro de 2023, os autos foram remetidos ao Tribunal, pois a União apresentou recurso (apelação) em face da sentença. O Banco do Brasil apresentou contrarrazões à apelação da União. Os autos estão conclusos para decisão judicial desde o dia 18 de setembro de 2023. Conforme andamento processual, os autos permanecem aguardando julgamento pelo Tribunal em grau de recurso, em junho de 2025.

Parte da obrigação com a Caixa Econômica Federal, o valor de R\$ 55,80 milhões (sem correção monetária) está registrado na Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação – SDI/MAPA.

A gestão do contrato de repasse é da Secretaria Executiva, sendo operacionalizada pela Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração da Secretaria-Executiva, competência delegada em 23/08/2023, por meio da Portaria Mapa nº 609.

Nota nº 002 - Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial em 30/09/2025, no órgão Mapa, as obrigações contratuais a executar representam o valor total de **R\$ 5,347 bilhões**, valor extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial.

Apresentamos tabela consolidando as obrigações contratuais referentes ao 3º Trimestre de 2025, conforme abaixo:

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição

R\$ Milhões

	30/09/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Serviços	2.998,07	2.020,05	48,42%	56,07%
Empréstimos e Financiamentos	1.505,77	1.321,17	13,97%	28,16%
Fornecimento de Bens	829,15	102,32	810,35%	15,51%
Seguros	5,22	6,24	-19,54%	0,01%
Aluguéis	1,47	1,86	-26,53%	0,01%
Demais	7,74	7,75	0,00%	0,14%
Total	5.347	3.459	54,58%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial.

As obrigações contratuais do Mapa aumentaram 54,58%, no 3º trimestre com relação a dezembro de 2024. Do total dos contratos em execução registrados, 56,07% refere-se à contratação de serviços e 28,16% trata-se de Empréstimos e Financiamentos.

Vale salientar que em análise às contas de controle de contratos constatou-se que os saldos estão alongados pois as contas não estão sendo baixadas quando dos pagamentos dos fornecedores. Constatou-se, ainda, que alguns contratos de fornecimento de bens estão sendo registrados na conta de contratos de serviços. Assim sendo, foi encaminhado o processo SEI nº 21000.021990/2023-94 para a Coordenação de Contratos que está em tratativas junto as áreas demandantes a fim de localizar as áreas gestoras dos contratos para que todas as baixas e ajuste sejam realizados.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

R\$ Milhões

Órgão	30/09/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	3.217,71	1.664,40	51,73%	60,18%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	1.509,85	1.325,26	13,93%	28,23%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	619,87	469,73	31,96%	11,59%

Fonte: Tesouro Gerencial.

A tabela 02, relaciona os órgãos subordinados contratantes na data-base de 30/09/2025. O órgão **MAPA** possui maiores obrigações contratuais em torno de 60,18% do valor total das obrigações contratuais, sendo a maior parte dessas obrigações referentes a Serviços. E o **FUNCAFE**, com 28,23% do valor total, sendo a maioria referente aos contratos com Empréstimos e Financiamentos.

Tabela 03 - Obrigações Contratuais – Por Contratado.

		R\$ Milhões	
ÓRGÃO	Contratado	30/09/2025	AV (%)
MAPA	DIVENA LITORAL VEÍCULOS LTDA	602,60	11,27%
MAPA	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	509,23	9,52%
EMBRAPA	PLUXEE BENEFÍCIOS BRASIL S.A.	292,67	5,47%
FUNCAFÉ	BANCO BTG PACTUAL S/A	232,55	4,35%
MAPA	DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	183,33	3,43%
FUNCAFÉ	BANCO INTER S/A	161,37	3,02%
MAPA	XCMG – BRASIL INDÚSTRIA LTDA	157,41	2,94%
FUNCAFÉ	BANCO MUFG BRASIL S/A	151,46	2,83%
MAPA	IVG BRASIL LTDA	138,64	2,59%
FUNCAFÉ	BANCO DO BRASIL S/A	116,31	2,17%
DEMAIS OBRIGAÇÕES - POR CONTRATADA		2.802,12	52,40%
Total		5.347,44	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela 03 relaciona os contratados que estão com os valores mais expressivos na data-base de 30/09/2025. O contrato com valor mais expressivo é o da Divena Litoral Veículos Ltda, no montante de R\$ 602,60 milhões, o que representa 11,27% de todas as obrigações contratuais do MAPA. Em seguida, destacam-se os contratos com as seguintes empresas: Caixa Econômica Federal, Pluxee Benefícios Brasil S/A; Banco BTG Pactual S/A; XCMG Brasil Indústria Ltda; De Nigris Distribuidora de Veículos Ltda.; Banco Inter S.A; Banco MUFG Brasil S/A; Banco; IVG Brasil Ltda e Banco do Brasil S/A., que, em conjunto, somam a maior parte de todas as obrigações contratuais do MAPA.

Nota nº 003- Provisões

Em 30 de setembro de 2025, o MAPA apresentou um saldo total de **R\$ 2,045** bilhões relacionados com a provisão de longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 3º trimestre 2025.

Tabela 01-Provisões-Composição.

		R\$ Milhões	
Composição	30/09/2025	31/12/2024	AH (%)
Provisões a curto prazo	-	-	-
Provisões a longo prazo	2.045,03	1.935,35	5,67%
Total	2.045,03	1.935,35	5,67%

Fonte: Tesouro Gerencial

Provisões de Longo Prazo

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme as tabelas a seguir.

Tabela 02-Provisões de Longo Prazo por Órgão.

		R\$ Milhões		
Órgãos	30/09/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Ministério da Agricultura e Pecuária	1.000,00	1.000,00	0,00%	48,90%
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	1.045,03	935,35	11,73%	51,10%
Total	2.045,03	1.935,35	5,67%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

No MAPA, em 30/09/2025, o valor de R\$ 1,00 bilhão, trata-se do registro de provisão para perda judicial administrativa do setor sucroalcooleiro.

Na Embrapa, na Análise Horizontal, o aumento de 11,73% é resultado da constituição de Provisão para Indenização Trabalhista; Provisão para Indenização Cível; Provisão para Indenização

Tributária; Provisão para Indenização Previdenciária e Outras Provisões a Longo Prazo, totalizando 1,045 bilhão.

Tabela 03 - Provisões a Longo Prazo – Composição.

R\$ Milhões

Provisões	30/09/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Riscos Trabalhistas	367,94	379,47	-3,04%	17,99%
Riscos Cíveis	3,52	3,53	-0,28%	0,17%
Riscos Tributários	-	-	-	-
Riscos Previdenciário	-	-	-	-
Outras	1.673,57	1.552,34	7,81%	81,84%
Total	2.045,03	1.935,34	5,67%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Os Riscos Trabalhistas tiveram um decréscimo de 3,04%, referentes aos registros dos valores das provisões constituídas visando o pagamento de indenizações trabalhistas; e acréscimo de 7,81% para Outras Provisões, devido aos registros de atualizações monetárias dos resultados previstos na Comissão de Valores Mobiliários para o plano de saúde e para a previdência privada patrocinado pela Embrapa, e do registro de provisão para perda judicial administrativa do setor sucroalcooleiro pelo Mapa no valor de 1,00 bilhão.

As provisões relativas à Embrapa apresentaram um percentual de 51,10% em relação ao total do MAPA. As informações a seguir foram extraídas das Notas Explicativas da Embrapa referentes ao 3º trimestre de 2025.

Provisões de Longo Prazo da Embrapa

Os registros de Provisão a Longo Prazo na Embrapa apresentaram, em 30/09/2025, o saldo de R\$ 1,045 bilhão, mais a composição abaixo enviada pela Assessoria Jurídica e a Tabela Benefícios Pós Emprego:

R\$ Milhões

Natureza Trabalhista Saldo dezembro 2024	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	Natureza Trabalhista Saldo setembro 2025
379,46	54,81	-44,05	-22,28	367,94
Natureza Cível Saldo dezembro 2024	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	Natureza Cível Saldo setembro 2025
3,54	0,15	-0,17	0,00	3,52
Natureza Previdenciária Saldo dezembro 2024	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	Natureza Previdenciária Saldo setembro 2025
19,54	-	-	-	19,54
Natureza Tributária Saldo dezembro 2024	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	Natureza Tributária Saldo setembro 2025
262,91	12,41	-	-	275,32
Total dezembro: R\$ 665,45			Total setembro: R\$ 666,32	

(1) Adições são processos reclassificados de possíveis p/ prováveis.

(2) As baixas são referentes aos processos reclassificados de prováveis para possíveis e processos encerrados no trimestre.

(3) Estas reversões são provenientes de reclassificações ocorridas no trimestre.

(4) Estas adições são rendimentos de processos judiciais e reclassificações de possíveis p/ prováveis.

Fonte: NE-3T/2025/EMBRAPA

Descrição Sucinta dos Principais Objetos:

- Processos de Natureza Trabalhista - Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade / Horas in itinere / Horas extras/Redução de Jornada / Incorporação de gratificação /Jornalistas / Pagamento de Premiação/Teto salarial
- Processos de Natureza Cível - Anulação de ato administrativo.
- Processos de Natureza Previdenciária - Encargos previdenciários.
- Processos de Natureza Tributária - Anulação de débito fiscal/Cobrança de Imposto - ITR- INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal – CEF

Provisões a Longo Prazo – Composição (30/09/2025) – Benefícios Pós Emprego:

Em 30/09/2025, na UG 135037 foi registrado além das Provisões a Longo Prazo de natureza jurídica acima (Processos judiciais), houve também o reconhecimento da provisão para benefícios futuros conforme (CVM) nº 695/2012, IAS 19 (R1) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-33, na conta Outras Provisões a Longo Prazo, conforme a composição abaixo:

R\$ Milhões

Benefícios Pós Emprego	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Benefícios Pós Emprego Casembrapa	279,83	A Embrapa possui, a título de benefício aos empregados, os planos de previdência Embrapa Básico e Embrapa-FlexCeres, administrados pela Ceres, e o plano de assistência médica administrado pela Casembrapa. Provisão para benefícios futuros conforme (CVM) nº 695/2012, IAS 19 (R1) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-33. Os valores foram calculados pela Atest Consultoria Atuarial e referem-se a Casembrapa.
Licenças Especiais	98,88	A partir de abril, a Embrapa passou a contabilizar as provisões relativas ao benefício de licença-prêmio, disponível para os empregados admitidos até 1997. Esse benefício pode ser usufruído em dias de licença ou convertido em compensação pecuniária. Essa provisão está de acordo com as diretrizes da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, além das recomendações da auditoria interna e do Comitê de Auditoria.

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

Risco possível da Embrapa

As ações trabalhistas referentes ao teto salarial, conforme disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso XI, devoluções de descontos indevidos, horas extras, adicional de insalubridade, incorporação de gratificação, reenquadramento funcional, dano material e moral e outros, somam o montante total de R\$ 308,05. Em virtude da sua classificação como de “risco possível”, não foram registradas provisões para essas ações. Apesar de constarem processos de risco provável de mesmo nome e natureza, aqueles elencados como prováveis são os que já possuem alguma decisão desfavorável à Embrapa, sendo assim, sua classificação de risco foi alterada e sua provisão realizada.

Nota nº 004 - Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos.

Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção estando sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação, após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial – SPIUnet.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30 de setembro de 2025, a União, por meio do MAPA, apresentou um saldo de **R\$ 4,715 bilhões**, líquidos da depreciação e amortização, que representou um acréscimo de 5,18% em relação ao 4º trimestre/2024.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo imobilizado, para o terceiro trimestre de 2025 e para o exercício de 2024.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

R\$ Milhões

	30/09/2025	31/12/2024	AH (%)
Bens Móveis	1.298,17	974,87	33,16%
(+) Valor Bruto Contábil	2.526,53	2.193,82	15,17%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.204,94)	(1.195,53)	0,79%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(23,42)	(23,42)	0,00
Bens Imóveis	3.417,49	3.508,51	-2,59%
(+) Valor Bruto Contábil	3.876,01	3.948,95	-1,85%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(458,52)	(440,44)	4,10%
Total	4.715,66	4.483,38	5,18%

Fonte: Tesouro Gerencial

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 30/09/2025 totalizavam R\$ 1,298 bilhão, líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável e distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

R\$ Milhões

Bens Móveis - Composição	30/09/2025	31/12/2024	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1022,18	1.090,05	-6,23%
Bens de Informática	431,10	422,17	2,11%
Veículos	366,57	378,91	-3,26%
Móveis e Utensílios	210,56	210,04	0,25%
Demais Bens Móveis	37,18	40,98	-9,27%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	29,03	28,41	2,20%
Bens Móveis em Andamento	12,67	18,87	-32,85%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	4,10	3,87	5,92%
Bens Móveis em Almoxarifado	413,13	0,52	79.347,95%
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.204,94)	(1.195,53)	0,79%
Redução ao Valor Recuperável	(23,42)	(23,42)	0,00%
Total	1.298,17	974,87	33,16%

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme tabela acima, a conta bens móveis em almoxarifado, apresentou um aumento expressivo de 79.347,95% em relação ao trimestre anterior. Essa variação refere-se à conta contábil Estoque Interno. Esse aumento decorre de mudanças no procedimento de liquidação no sistema de contratos, que impactaram significativamente o saldo da conta. Devido à nova rotina, a adaptação está em andamento e, posteriormente, essa movimentação será reclassificada para as contas patrimoniais devidas.

No fechamento do 3º trimestre de 2025, foi registrado no grupo Bens Móveis o valor de R\$ 19,86 milhões na conta de bens não localizados, representando um aumento de 36,80% em relação ao último trimestre de 2024.

Esse acréscimo se deve, principalmente, à inclusão de bens que não foram localizados durante o fechamento do inventário patrimonial, sendo o valor mais expressivo concentrado na Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira do MAPA. Além disso, contribuíram para essa variação os ajustes realizados no Sistema de Administração do Patrimônio – SIADS, especialmente na Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária de São Paulo (SFA/SP) e na Superintendências Federal de Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul (SFA/RS), onde também foram registrados valores relevantes de bens não localizados.

Apesar desse acréscimo, **foram localizados R\$ 2,71 milhões**, o que representa **12,01% do total registrado em dezembro de 2024**.

Foi instaurado Processo SEI nº 21000.023545/2025-21 com o objetivo de promover a regularização contábil e patrimonial dos bens não localizados vinculados à extinta estrutura do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), atualmente sob responsabilidade do Ministério da

Agricultura e Pecuária. O processo encontra-se em andamento, visando ao saneamento dos registros no SIADS e em contas contábeis no SIAFI.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União, em 30/09/2025, totalizavam R\$ 3,417 bilhões, líquidos de depreciação/amortização.

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição por Órgãos

R\$ Milhões

Órgão UGE	MAPA		EMBRAPA		TOTAIS		AH%
	set/25	Dez/24	set/25	Dez/24	set/2025	Dez/24	
Contas							
Bens de Uso Especial	2.834,01	2.948,15	543,90	530,36	3.377,90	3.478,51	-2,89%
Bens Imóveis em Andamento	18,38	17,41	128,74	108,95	147,12	126,35	16,43%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	1,37	1,37	220,82	216,68	222,19	218,05	1,90%
Instalações	13,26	19,78	115,54	106,27	128,80	126,05	2,18%
Depr./Amort. Acum Bens Imov.	(9,08)	(8,37)	(449,44)	(432,08)	(458,52)	(440,45)	4,10%
Total	2.857,93	2.978,33	559,56	530,18	3.417,49	3.508,51	-2,59%

Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se, no quadro acima, que houve uma baixa percentual na casa de 2,59% do saldo total em relação a dezembro de 2024, fruto da variação a menor dos bens de uso especial, aliados ao aumento da depreciação/amortização dos bens.

Os BENS DE USO ESPECIAL representam 98,84% do total de bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 3,377 bilhões a valores brutos. De acordo com a tabela ocorreu um decréscimo de 2,89% em relação ao 4º trimestre de 2024.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL, são constituídos conforme tabela a seguir:

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição

R\$ Milhões

Bens de Uso Especial – Composição	30/09/2025	31/12/2024	AH (%)
Complexos, Fábricas e Usinas	1.600,03	1.600,03	0,00%
Edifícios	863,47	917,32	-5,87%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	637,58	658,09	-3,12%
Terrenos, Glebas	170,59	178,11	-4,22%
Imóveis Residenciais e Comerciais	75,36	90,18	-16,43%
Fazendas, Parques e Reservas	30,33	34,23	-11,39
Imóveis de Uso Educacional	0,54	0,54	0,00%
Totais	3.377,90	3.478,50	-2,89%

Fonte: Tesouro Gerencial

Cessão de Uso, Comodato de Bens e Mercadoria de Bens em poder de Terceiros.

R\$ Milhões

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS			COMODATO DE BENS - CONCEDIDOS			MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS		
ÓRGÃO	Set/25	Dez/24	ÓRGÃO	Set/25	Dez/24	ÓRGÃO	Set/25	Dez/24
MAPA	1,34	1,34	MAPA	0,00	0,00	MAPA	13,03	13,03
EMBRAPA	0,00	0,00	EMBRAPA	12,37	12,75	EMBRAPA	0,03	0,03
Total	1,34	1,34	Total	12,37	12,75	Total	13,06	13,06

Fonte: Tesouro Gerencial

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal à Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Foi efetuado a redução ao valor recuperável dos bens em **exercícios anteriores** no Instituto Nacional de Meteorologia/Mapa, Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do Pará e Distritos de Meteorologia de alguns estados. As demais unidades do órgão subordinado Mapa não fizeram os ajustes anteriores no ano de 2010.

Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

A Embrapa realizou teste de recuperabilidade dos ativos (impairment), e foi emitida a Nota Técnica Nº 01/2025, onde concluiu-se que não foram identificadas situações que caracterizassem a necessidade de realização do teste no exercício de 2025.

O Mapa como órgão subordinado não vem realizando a redução ao valor recuperável por falta de pessoal especializado na área de patrimônio.

Nota nº 005 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No MAPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, mas o MAPA até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.

Em 30/09/2025, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 87,12 milhões relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados. Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, relativo ao final do exercício de 2024 e ao 3º trimestre de 2025.

Tabela 01 – Intangível – Composição.

			R\$ Milhões
Intangível – Composição	30/09/2025	31/12/2024	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	138,94	137,52	1,03 %
Software com Vida Útil Indefinida	18,66	16,73	11,53 %
Softwares não localizados	1,46	1,46	0 %
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(71,94)	(63,02)	14,15 %
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-
Total	87,12	92,69	-6,00 %

Fonte: Tesouro Gerencial

Os Softwares com vida útil indefinida tiveram um aumento de 11,53% em relação ao quarto trimestre de 2024.

Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – no 3º Trimestre de 2025

				R\$ Milhões
Órgão	Conta Contábil	ADIÇÕES	BAIXAS	
MAPA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	-	-	
	124110102 = SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	0,10	-	
	124110201 = SOFTWARES Indefinida	-	0,02	
EMBRAPA	SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	0,01	0,42	
	124810100 – Amortização Acumulada – Contas 1241101XX	0,11	9,20	
	SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial setembro/2025

A conta Softwares em Fase de Desenvolvimento de Vida Útil Definida apresentou um saldo de R\$ 5,52 milhões, o que representa um aumento de 38,00% em relação ao quarto trimestre de 2024. Essa variação se refere especialmente ao pagamento de instrumentos de cobrança ao SERPRO pelos serviços prestados, referente à manutenção e sustentação de sistemas/software, na hospedagem e sustentação de soluções de TIC.

Já a conta Softwares em Fase de Desenvolvimento de Vida Útil Indefinida, apresentou um saldo de R\$ 2,82 milhões no 3º trimestre de 2025, permanecendo inalterado em relação ao último trimestre de 2024.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*.

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o Valor Contábil Líquido de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu Valor Recuperável. O Valor Recuperável é o Valor Líquido de Venda (o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação), ou o Valor em Uso (valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações), o que for maior. Mas o **MAPA** não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (*impairment*) dos ativos.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No 3º trimestre de 2025 não consta registro no MAPA de ajustes de exercícios anteriores no intangível.

6.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) no mesmo período.

R\$ Milhões			
Variações	30/09/2025	30/09/2024	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	29.488,68	24.562,10	20,06%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	33.763,40	25.422,38	32,81%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-4.274,72	-860,28	396,90%

Fonte: DVP – Siafi WEB 2025

O resultado patrimonial do 3º trimestre de 2025 foi deficitário em R\$ 4,274 bilhões, representando um aumento de 396,90% em relação ao déficit registrado no mesmo período de 2024, que totalizou R\$ 860,28 milhões. A variação decorre, principalmente, do aumento nas variações patrimoniais diminutivas, com destaque para Repasses Concedidos e os Ajustes por Perdas de empréstimos concedidos a receber no órgão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

As Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o Mapa e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Abaixo seguem as contas de VPA com as análises horizontal e vertical.

R\$ Milhões				
Grupo de contas contábeis	30/09/2025	30/09/2024	AH (%)	AV (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	29.488,68	24.562,10	20,06%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8,82	9,27	-4,85%	0,03%
Taxas	8,82	9,27	-4,85%	0,03%
Contribuições	2,30	3,04	-24,34%	0,01%
Contribuições Sociais	2,10	2,88	-27,08%	0,01%
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,20	0,16	25,00%	0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	66,38	45,65	45,41%	0,23%
Venda de Mercadorias	7,39	5,26	40,49%	0,03%
Vendas de Produtos	0,02	0,01	100,00%	0,00%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	58,97	40,38	46,04%	0,20%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	579,19	702,28	-17,53%	1,96%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	270,76	251,49	7,66%	0,92%
Juros e Encargos de Mora	4,22	4,21	0,24%	0,01%
Variações Monetárias e Cambiais	16,06	12,46	28,89%	0,05%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	288,15	434,12	-33,62%	0,98%
Transferências e Delegações Recebidas	28.306,85	22.954,57	23,32%	95,99%
Transferências Intragovernamentais	28.216,34	22.882,99	23,31%	95,69%
Transferências Intergovernamentais	-0,08	-	-	0,00%
Transferências das Instituições Privadas	-0,22	1,54	-114,29%	0,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	90,81	70,04	29,65%	0,31%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	227,33	238,65	-4,74%	0,77%
Ganhos com Alienação	3,49	3,43	1,75%	0,01%
Ganhos com Incorporação de Ativos	160,96	164,11	-1,92%	0,55%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	62,87	71,11	-11,59%	0,21%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	297,81	608,65	-51,07%	1,01%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,22	2,29	-90,39%	0,00%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	51,43	274,82	-81,29%	0,17%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	246,16	331,54	-25,75%	0,83%

Fonte: Siafi Web – 2025

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias

No terceiro trimestre de 2025, o grupo “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias” totalizou R\$ 8,82 milhões, referente a taxa pelo exercício do poder de polícia, decorrente de receita de taxa cobrada por classificação obrigatória para produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, quando destinados diretamente à alimentação humana, e nas operações de compra e venda do poder público e nos portos, aeroportos e postos de fronteira quando destinados para importação.

Contribuições

O grupo “Contribuições” fez um total de R\$ 2,30 milhões no terceiro trimestre de 2025. Neste grupo as contribuições tiveram um decréscimo de 24,34% em relação ao exercício anterior, referente à receita arrecadada pela Secretaria de Inovação, Desenvolvimento, Sustentabilidade, Irrigação e Cooperativismo – SDI em 2024. As contribuições foram distribuídas em dois grupos: contribuições sociais, que somaram R\$ 2,10 milhões e contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE), com arrecadação de R\$ 200 mil.

As contribuições sociais referem-se às receitas decorrentes do adicional às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários dos empregados das empresas; de contribuições incidentes sobre a folha de salários pagos por pessoa natural, jurídica ou cooperativa que exerçam as atividades rurais enumeradas na Lei nº 2.613, de 23/09/1955; e da Intervenção do Domínio Econômico referente às contribuições mensais devida pelas entidades turfísticas à comissão coordenadora da criação do cavalo nacional.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Nesse grupo, que apresenta saldo de R\$ 66,38 milhões, teve aumento de 45,41% em comparação ao exercício financeiro anterior.

O aumento ocorreu tanto no Mapa quanto na Embrapa, com destaque para as arrecadações da Embrapa, que somaram R\$ 45,81 milhões, devido aos faturamentos provenientes de prestação de serviço de registro de transferência de tecnologia, à apropriação de valor a receber de royalties (cultivares), às atividades de apoio administrativo relacionadas com a inscrição em concursos e aos serviços de averbações de contratos, petições e recursos.

Quanto ao órgão Mapa, que apresenta saldo de R\$ 13,15 milhões, as arrecadações são provenientes do serviço nacional de proteção de cultivares e do serviço de registro nacional de sementes e mudas.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

No terceiro trimestre de 2025, o saldo deste grupo foi de R\$ 579,19 milhões, representando uma redução de 17,53% em comparação ao mesmo período do exercício financeiro de 2024.

Essa diminuição ocorreu, principalmente, pelo registro do direito de rendimentos de aplicações de recursos da CTU e da receita proveniente de pagamento de parcelas de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos do órgão do Funcafé.

Por outro lado, a rubrica juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos, com saldo de R\$ 270,76 milhões, apresentou aumento de 7,66%, sobretudo no órgão do Funcafé, em razão da arrecadação de recursos efetivamente aplicados no objeto do contrato de recursos emprestados.

Transferências e Delegações recebidas

O total de transferência no trimestre foi de R\$ 28,306 bilhões, representando 95,99% das Variações Patrimoniais Recebidas. Esse valor apresentou alta de 23,32% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Esse crescimento ocorreu, principalmente, em razão do aumento das transferências intragovernamentais, cota e repasse recebido para atendimento de despesas, que contribuiu para a redução do déficit.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Este grupo apresentou redução de 4,74% em relação ao exercício anterior e apresentou saldo de R\$ 227,33 milhões, as contas com maior representatividade são:

- a. Ganhos com Incorporação de Ativos no valor de R\$ 160,96 milhões nos órgãos do Mapa e da Embrapa, sendo o Mapa responsável por 85,31% desse montante. Esse valor está relacionado, principalmente, a transferência financeira para execução de Termo de Execução Descentralizada (TED), vinculados a diversos programas – com destaque para a subvenção econômica destinada à garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários. No entanto, essa Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) foi registrada simultaneamente como uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), resultando em impacto nulo na apuração do resultado do trimestre, uma vez que se refere à solicitação de recursos financeiros à setorial financeira por meio de programação financeira.
- b. E os ganhos com desincorporação de passivos, concentraram-se no órgão da Embrapa, que representou 89,07% do total da conta, principalmente em decorrência do cancelamento de obrigações.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Neste trimestre, o grupo apresentou saldo de R\$ 297,81 milhões, representando uma redução de 51,07% em relação ao exercício anterior. Essa queda se deve principalmente à Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas e à Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, diminuição de multas administrativas e restituições.

Na Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas, a redução foi na Reversão de Ajustes de Perdas referente à Créditos a Receber por Autos de Infração do Mapa registrados a maior no mesmo trimestre do exercício anterior. E em Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, ocorreu diminuição nas arrecadações das Multas Administrativas e Restituições do Mapa.

Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o Mapa, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Abaixo segue as contas de VPD com as análises horizontal e vertical.

R\$ Milhões

Grupo de contas contábeis	30/09/2025	30/09/2024	AH (%)	AV (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	33.763,40	25.422,38	32,81%	100,00%
Pessoal e Encargos	4.267,90	3.880,93	9,97%	12,64%
Remuneração a Pessoal	3.184,01	2.907,17	9,52%	9,43%
Encargos Patronais	994,97	894,56	11,22%	2,95%
Benefícios a Pessoal	88,83	79,08	12,33%	0,26%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,09	0,12	-25,00%	0,00%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.762,58	1.723,46	2,27%	5,22%
Aposentadorias e Reformas	1.050,16	1.047,11	0,29%	3,11%
Pensões	684,94	652,24	5,01%	2,03%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	27,48	24,10	14,02%	0,08%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	826,70	779,84	6,01%	2,45%
Uso de Material de Consumo	43,79	72,45	-39,56%	0,13%
Serviços	687,03	618,66	11,05%	2,03%
Depreciação, Amortização e Exaustão	95,88	88,73	8,06%	0,28%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	24,10	28,31	-14,87%	0,07%
Juros e Encargos de Mora	0,79	1,19	-33,61%	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	3,2	0,63	407,94%	0,01%
Descontos Financeiros Concedidos	10,17	10,97	-7,29%	0,03%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	9,94	15,51	-100,00%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	21.993,71	17.792,97	23,61%	65,14%
Transferências Intragovernamentais	21.067,43	16.606,65	26,86%	62,40%
Transferências Intergovernamentais	678,70	1.078,25	-37,06%	2,01%
Transferências a Instituições Privadas	0,02	0,17	-88,24%	0,00%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	247,52	107,72	129,78%	0,73%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.468,48	456,20	879,50%	13,23%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	4.321,94	279,95	1443,83%	12,80%
Perdas com Alienação	0,11	0,11	0,00%	0,00%
Perdas Involuntárias	18,32	1,60	1045,00%	0,05%
Incorporação de Passivos	56,80	96,22	-40,97%	0,17%
Desincorporação de Ativos	71,31	78,33	-8,96%	0,21%
Tributárias	1,47	1,48	-0,68%	0,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1,28	1,23	4,07%	0,00%
Contribuições	0,19	0,26	-26,92%	0,00%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	3,21	2,78	15,47%	0,01%
Custo das Mercadorias Vendidas	3,21	2,77	15,88%	0,01%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	415,23	756,42	-45,11%	1,23%
Incentivos	-	0,39	-	-
Subvenções Econômicas	276,58	497,53	-44,41%	0,82%
Constituição de Provisões	131,12	251,17	-47,80%	0,39%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	7,53	7,33	2,73%	0,02%

Fonte: Siafi Web – 2025

Pessoal e Encargos

No terceiro trimestre de 2025, as despesas com remuneração de pessoal e aos encargos totalizaram R\$ 4,268 bilhões, representando 12,64% dos valores totais das variações patrimoniais diminutivas, conforme detalhamento na tabela a seguir:

Em milhões

	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	AV%
Remuneração de Pessoal	927,49	2.256,52	3.184,01	74,60%
Encargos Patronais	171,89	823,08	994,97	23,31%
Benefícios a Pessoal	80,37	8,46	88,83	2,08%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas	-	0,09	0,09	0,00%
Total	1.179,74	3.088,16	4.267,90	100,00%

A Remuneração de Pessoal, composta pela despesa de vencimentos e salários, gratificações, férias e 13º salário de pessoal abrangido pelo RPPS e RGPS, representou 74,60% do grupo de Pessoal e Encargos, perfazendo um total de R\$ 3,184 bilhões no terceiro trimestre de 2025, sendo que a empresa Embrapa representa 70,87% desse total.

O subgrupo “Benefícios a Pessoal” engloba pagamentos de caráter indenizatórios a servidores públicos, estatutários e a empregados públicos de empresas dependentes, totalizando R\$ 88,83 milhões, demonstrado na tabela abaixo:

Em milhões

	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	AV (%)
Auxílio Alimentação – RPPS	50,53	0,00	50,53	56,88%
Auxílio Transporte – RPPS	2,75	0,00	2,75	3,10%
Auxílio Moradia – RPPS	11,60	0,00	11,60	13,06%
Ajuda de Custo – RPPS	0,76	0,00	0,76	0,85%
Auxílio Creche – RPPS	2,73	0,00	2,73	3,07%
Indenização de Transporte - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00%
Sentenças Judiciais - RPPS	0,02	0,00	0,02	0,03%
Retribuição em Serviços no Exterior – RPPS	8,84	0,00	8,84	9,95%
Outros Benefícios a Pessoal – RPPS	1,08	0,00	1,08	1,21%
Auxílio Alimentação – RGPS	1,59	0,00	1,59	1,80%
Auxílio Transporte – RGPS	0,29	0,06	0,35	0,39%
Auxílio Moradia – RGPS	0,00	0,12	0,12	0,13%
Auxílio Creche – RGPS	0,18	8,29	8,47	9,53%
Outros Benefícios a Pessoal – RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	80,37	8,46	88,83	100,00%

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais totalizaram R\$ 1,763 bilhão, representando 5,22% dos valores totais das variações patrimoniais diminutivas, conforme detalhamento na tabela a seguir, e teve aumento de 2,27% em relação ao exercício anterior:

Em milhões

	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	AV%
Aposentadorias e Reformas	1.050,16	-	1.050,16	59,58%
Pensões	684,93	0,01	684,94	38,86%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	27,48	-	27,48	1,56%
Total	1.762,57	0,01	1.762,58	100,00%

Os Benefícios Previdenciários e Assistências são compostos por aposentadorias do RPPS, férias, 13º salário, sentenças judiciais, pensões do RPPS, licença-prêmio para pensionista, sentenças judiciais de pensões do RPPS, pensão a anistiados, auxílio funeral, assistência à saúde e outros benefícios.

Uso de Bens, Serviços e Consumos de Capital Fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, esse grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação da Administração Pública Federal, seja ela direta ou indireta. As despesas reconhecidas nesse tipo de atividade são as seguintes: uso de material de consumo, serviços e depreciação, amortização e exaustão.

No terceiro trimestre, observou-se um leve aumento de 6,01% em comparação ao mesmo período de 2024, resultado, principalmente, do crescimento das despesas com serviços técnicos profissionais e depreciação de bens móveis.

No subgrupo de serviços, destacaram-se os seguintes acréscimos em relação ao terceiro trimestre de 2024: serviços técnicos profissionais, serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, diárias e serviços de água, esgoto, energia elétrica e gás e fornecimento de alimentação.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Neste trimestre, o saldo desse grupo foi de R\$ 24,10 milhões, representando uma redução de 14,87% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O maior decréscimo nominal ocorreu em Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, no âmbito da Embrapa referente ao registro da atualização monetária dos resultados previstos na CVM ° 695/212 para o plano de saúde patrocinado pela Embrapa (CASEMBRAPA). Em sentido oposto ao desempenho geral do grupo, o subgrupo Variações Monetárias Cambiais apresentou crescimento de 407,94% no órgão da Embrapa, decorrente do registro de variação cambial negativa do CIAT/AGROFUTUR, LABEX-EUA e LABEX-Europa, além de outras variações cambiais negativas referente a conta Banco do Brasil em Nova Iorque.

Transferências e Delegações Concedidas

O grupo “Transferências e Delegações Concedidas” totalizou R\$ 21,994 bilhões no terceiro trimestre de 2025, o que representa um crescimento de 23,61% em relação ao mesmo período do ano anterior. As transferências intragovernamentais financeiras concedidas correspondem 62,40% das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Os subgrupos das Transferências e Delegações Concedidas com maior saldo, são: Repasse Concedidos entre órgãos, Sub-repasse Concedidos entre unidades gestoras do Mapa e da Embrapa, Movimento de Saldos Patrimoniais e Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Este grupo apresentou um saldo de R\$ 4,468 bilhões no terceiro trimestre de 2025, o que representa 13,23% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas e teve aumento de 879,50% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Este resultado foi fortemente influenciado pelo aumento de 1.443,83% na rubrica Reavaliação, Redução e Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas, decorrente do registro para ajustes de perdas de Empréstimos Concedidos a Receber no âmbito do órgão do Funcafé, em atendimento às recomendações do Relatório de Auditoria da CGU.

O cálculo do ajuste para perdas foi baseado no histórico de recebimentos anteriores, conforme estabelece a metodologia da macrofunção Siafi nº 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas.

Tributárias

O grupo apresentou saldo de R\$ 1,47 milhão, registrando um decréscimo de 0,68% em relação a 2024. Essas despesas tributárias referem-se, principalmente, de impostos sobre propriedade de veículos automotores na empresa Embrapa e taxas Estaduais e Municipais do Mapa e da Embrapa.

O órgão da Embrapa se destacou como o principal responsável por essas despesas, concentrando 64,05% do total registrado no período.

Custo – Mercadorias, Produtos Vendidos dos Serviços Prestados

Neste trimestre a despesa foi de R\$ 3,21 milhões, com crescimento de 15,47%, devido aos custos das mercadorias vendidas da empresa Embrapa.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Neste grupo apresentou saldo de R\$ 415,23 milhões, com decréscimo de 45,11% em comparação ao mesmo período de 2024, englobando as Subvenções Econômicas e Constituição de Provisões.

No que se refere às Subvenções Econômicas, houve uma redução de 44,41% nesta rubrica, concentrada no órgão Mapa, em função da diminuição dos pagamentos da Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural.

Quanto à Constituição de Provisões, observou-se uma redução de 47,80% no período, especialmente na empresa Embrapa, referente às provisões para Benefícios Assistenciais relativas às licenças especiais dos funcionários já adquiridas, a serem usufruídas ou pagas em pecúnia e outras provisões de longo prazo referente a processos judiciais.

6.3 Balanço Orçamentário

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art. 35º, “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são os valores do primeiro trimestre de 2025 do Ministério da Agricultura e Pecuária – Mapa, ressaltando que a Lei nº 15.121, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025, foi sancionada somente em 10 de abril de 2025.

As receitas realizadas somaram R\$ 5,146 bilhões no terceiro trimestre de 2025, conforme descrito na tabela de Receitas Realizadas abaixo:

		R\$ Milhões
NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA REALIZADA	
RECEITAS CORRENTES		704,05
Receitas Tributárias (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria)		6,18
Receitas de Contribuições		1,70
Receita Patrimonial		272,57
Receita Agropecuária		7,38
Receita Industrial		0,02
Receitas de Serviços		328,40
Transferências Correntes		-0,30
Outras Receitas Correntes		88,10
RECEITAS DE CAPITAL		4.441,93
Operações de Crédito		-
Alienações de Bens		4,12
Amortização de Empréstimos		4.437,81
Transferências de Capital		-
Outras Receitas de Capital		-
Total da Receita Realizada		R\$ 5.145,98

Fonte: Siafiweb - setembro/2025.

As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e financeiras. O primeiro grupo refere-se predominantemente a receitas correntes (exceto receitas de juros) e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

Além disso, há receitas de capital primárias, decorrentes da alienação de bens e transferências de capital. Assim, o total das Receitas Orçamentárias Primárias no 3º trimestre de 2025 foi de R\$ 708,17 milhões.

NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRIMÁRIAS	RECEITA REALIZADA
RECEITAS CORRENTES (I)	704,05
Receitas Tributárias (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria)	6,18
Receitas de Contribuições	1,70
Receita Patrimonial	272,57
Receita Agropecuária	7,38
Receita Industrial	0,02
Receitas de Serviços	328,40
Transferências Correntes	-0,30
Outras Receitas Correntes	88,10
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (II)	704,05
RECEITAS DE CAPITAL (III)	4.441,93
Operações de Crédito	-
Alienação de Bens	4,12
Amortização de Empréstimos (VII)	4.437,81
Transferências de Capital	-
Outras Receitas de Capital	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (IV)	4,12
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (V) = (II + IV)	R\$ 708,17

Fonte: Siafiweb - setembro/2025.

A Despesa fixada, composta por Despesa Corrente e Despesa de Capital, apresenta a dotação inicial de R\$ 20,165 bilhões. A despesa orçamentária foi atualizada para o valor de R\$ 20,471 bilhões, neste terceiro trimestre, com Despesas Empenhadas de R\$ 16,343 bilhões, equivalente a 79,84% da dotação atualizada, conforme tabela de Execução da Despesa:

EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	10.504,59	10.924,69	8.281,92	6.814,56	5.945,66	2.642,77
Pessoal e Encargos Sociais	7.758,87	7.985,98	6.890,40	5.702,93	5.048,82	1.095,58
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.745,72	2.938,70	1.391,51	1.111,63	896,84	1.547,19
DESPESAS DE CAPITAL	9.660,14	9.545,99	8.061,68	5.880,28	5.473,18	1.484,31
Investimentos	2.472,25	2.358,09	873,78	61,76	57,71	1.484,31
Inversões Financeiras	7.187,9	7.187,90	7187,90	5.818,52	5.415,46	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	20.164,73	20.470,68	16.343,59	12.694,83	11.418,83	4.127,08

Fonte: Siafiweb - setembro/2025.

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) - despesas regularmente empenhadas e que não foram liquidadas no exercício financeiro anterior, ou seja, sem processo formalizado de prestação de serviço ou entrega do bem pelo fornecedor – apresentaram valores pagos, no terceiro trimestre, R\$ 2,324 bilhão, referente a 40,69% do total dos Restos a Pagar não Processados - valores inscritos até 31 de dezembro do exercício anterior, somados com os inscritos em exercícios anteriores menos os cancelados - de acordo com o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados:

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP)						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS ATÉ 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	165,46	293,81	168,28	163,08	9,53	286,66
Pessoal e Encargos Sociais	3,92	37,36	26,43	26,27	3,93	11,08
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	161,54	256,45	141,85	136,81	5,60	275,58
DESPESAS DE CAPITAL	2.329,39	2.941,15	2.386,94	2.161,59	7,74	3.101,21
Investimentos	1.833,56	1.494,53	1.086,48	861,59	7,74	2.459,23
Inversões Financeiras	495,83	1.446,62	1.300,46	1.300,46	-	641,98
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.494,85	3.234,96	2.555,22	2.324,66	17,27	3.387,88

Fonte: Siafiweb - setembro/2025.

Os Restos a Pagar Processados - despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício financeiro anterior – apresentaram valores pagos neste trimestre de R\$ 1.281,71 milhões, referente a 70,84% do saldo dos Restos a Pagar Processados - inscritos até 31 de dezembro do exercício anterior, somados com os inscritos em exercícios anteriores menos os cancelados - conforme o Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados:

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	53,93	1.029,75	977,34	43,08	63,26
Pessoal e Encargos Sociais	0,43	626,96	580,11	42,93	4,35
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	53,50	402,79	397,23	0,15	58,91
DESPESAS DE CAPITAL	161,03	611,87	304,37	4,15	464,38
Investimentos	161,03	611,87	304,37	4,15	464,38
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	214,96	1.641,62	1.281,71	47,23	527,64

Fonte: Siafiweb - setembro/2025.

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é oriundo do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista o critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No terceiro trimestre de 2025, as receitas realizadas foram de aproximadamente de R\$ 5,145 bilhões, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 16,343 bilhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 11,198 bilhões no referido período. Este déficit orçamentário não é uma irregularidade, pois o Ministério da Agricultura e Pecuária não é um agente

arrecadador, mas executor de despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

Entidades Abrangidas:

Órgãos Subordinados	Órgãos	Unidade Orçamentária
I – Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.	22000	22101 e 74104
II – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.	22202	22202
III – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE.	22905	22906 e 74901

Fonte: CGOF

Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias, quando relevante:

As Despesas Intraorçamentárias, decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED, são discriminadas por:

Descentralizações Recebidas pelo Órgão Superior Mapa: Com valores firmados de R\$ 3,375 bilhões, sendo o valor de R\$ 3,062 bilhões do Órgão Ministério da Agricultura, representando 90,73% do valor total firmado.

Descentralizações Concedidas pelo Órgão Superior Mapa: Com valores firmados de R\$ 1,97 bilhões, tendo o Mapa os valores mais expressivos - R\$ 1,84 bilhão, representando 93,07% do valor total firmado.

R\$ Milhões

TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA					TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA			
Órgão	Valores Firmados	TED a Receber	TED a Comprovar	TED Comprovado	Valores Firmados	A Repassar	A Comprovar	Comprovado
MAPA	31,32	2,13	27,49	-	1.840,51	1.123,26	615,67	0,89
EMBRAPA	306,23	737,18	194,09	67,48	74,03	41,90	8,18	17,89
FUNCAFE	-	-	-	-	62,92	23,15	39,77	-
TOTAL	337,55	758,50	221,59	67,48	1.977,45	1.188,31	663,62	18,78

FONTE: SIAFI HOD - setembro/2025

Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário):

Os créditos orçamentários de Dotação Inicial, aqueles aprovados pela LOA, totalizaram R\$ 20,165 bilhões, com destaque para a Dotação Inicial do Ministério da Agricultura e Pecuária, no valor de R\$ 8,196 bilhões, representando 40,65% da dotação inicial.

Assim, após as dotações suplementar, extraordinária e os cancelamentos, apresentaram o valor de R\$ 20,471 bilhões, sendo R\$ 8,473 bilhões referentes ao Mapa, representando 41,39% do valor total no terceiro trimestre.

R\$ Milhões

DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS						
Órgão UGE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL
MIN.AGRICULTURA	8.196,01	387,01	-	106,13	(215,80)	8.473,36
EMBRAPA	4.760,82	35,89	-	-	(2,30)	4.794,42
FUNCAFE	7.207,90	-	-	-	(5,00)	7.202,89
TOTAL	20.164,73	422,90	-	106,13	(223,10)	20.470,68

FONTE: TG – setembro/2025.

Portarias publicadas no até o 3º trimestre de 2025 que impactaram o orçamento, as fontes, as ações ou as dotações (especiais ou extraordinárias):

Classificação	Ato	Tipo	Unidade Interessada
Outras Alterações Orçamentárias	Portaria SOF/MPO nº 195, de 4 de julho de 2025	186 - Remanejamento entre GNDs no âmbito da mesma emenda individual (RP 6).	EMBRAPA
			SPOA
Outras Alterações Orçamentárias	Portaria SOF/MPO nº 196, de 04 de julho de 2025	600 - Alteração da Fonte de Recursos - Fte, podendo haver alteração concomitante de IDUSO e/ou IDOC. (LDO-2025, art. 49, § 1º, inciso III, alíneas "a")	EMBRAPA
			GM
			SCRI
			SDA
			SDI
			INMET
			CGAS
			CGLI
			SGP
			SPOA
			STI
Outras Alterações Orçamentárias	Portaria SOF/MPO Nº 200, de 8 de julho de 2025	189 - Remanejamento entre GNDs no âmbito da mesma emenda de comissão permanente (RP 8).	SPOA
Crédito Suplementar	Portaria GM/MPO nº 199, de 10 de julho de 2025	100b - Suplementação genérica, limitada a 25%. (LOA-2025, art. 4º, §§ 1º, inciso IV, e 2º)	SPA
			SPOA
Crédito Suplementar	Portaria GM/MPO nº 216, de 23 de julho de 2025	100 - Suplementação de despesas sem limite de suplementação e de anulação (LOA-2025, art. 4º, § 1º, incisos I, II e III, alínea "c", item 19, e § 2º).	EMBRAPA
Crédito Suplementar	Portaria GM/MPO nº 222, de 28 de julho de 2025	100 - Suplementação de despesas sem limite de suplementação e de anulação (LOA-2025, art. 4º, § 1º, incisos I, II e III, alínea "c", item 19, e § 2º).	EMBRAPA
Outras Alterações Orçamentárias	Portaria GM/MPO nº 223, de 28 de julho de 2025	600 - Alteração da Fonte de Recursos - Fte, podendo haver alteração concomitante de IDUSO e/ou IDOC. (LDO-2025, art. 49, § 1º, inciso III, alíneas "a")	SPOA
Outras Alterações Orçamentárias	Portaria GM/MPO nº 227, de 31 de julho de 2025	187 - Remanejamento entre GNDs no âmbito da mesma emenda de bancada estadual (RP 7).	SPOA
Crédito Suplementar	Portaria GM/MPO nº 231, de 31 de julho de 2025	185 - Remanejamento de dotação incluída ou acrescida em decorrência de emenda de bancada estadual.	SPOA
Crédito Suplementar	Portaria GM/MPO nº 288, de 29 de agosto de 2025	100b - Suplementação genérica, limitada a 25%. (LOA-2025, art. 4º, §§ 1º, inciso IV, e 2º)	FUNCAFÉ
			SPA
Crédito Extraordinário	Medida Provisória nº 1.312, de 1º de setembro de 2025	500 - Atender despesas relevantes, imprevisíveis e urgentes	SDA
Crédito Suplementar	Portaria GM/MPO nº 330, de 23 de setembro de 2025	184 - Remanejamento de dotação incluída ou acrescida em decorrência de emenda individual (RP 6), solicitado pelo autor da emenda.	EMBRAPA
			SDI
			SPOA
Crédito Suplementar	Portaria GM/MPO nº 354, de 30 de setembro de 2025	100 - Suplementação de despesas sem limite de suplementação e de anulação (LOA-2025, art. 4º, § 1º, incisos I, II e III, alínea "c", item 19, e § 2º).	EMBRAPA
Outras Alterações Orçamentárias	Portaria SOF/MPO nº 355, de 30 de setembro de 2025	187 - Remanejamento entre GNDs no âmbito da mesma emenda de bancada estadual (RP 7).	SPOA

Fonte: Coordenação Orçamentária/CGOF/DGG/SE/ 2025.

6.4 Balanço Financeiro

De acordo com o artigo nº 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços. Assim, o Balanço Financeiro demonstrará o resultado financeiro obtido no exercício.

Quando confrontados os ingressos e dispêndios demonstrados no Balanço Financeiro é possível apurar o Resultado Financeiro, o qual poderá ser deficitário, quando os dispêndios forem maiores que os ingressos, ou superavitário, quando os ingressos forem maiores que os dispêndios.

Na análise do Balanço Financeiro do 3º trimestre de 2025, observa-se que o Resultado Financeiro apurado foi superavitário em R\$ 3,181 bilhões, conforme detalhado na tabela a seguir:

Demonstração do Resultado Financeiro.

R\$ Milhões				
	30/09/2025	30/09/2024	AH (%)	AV (%)
(+) Ingressos	44.010,87	37.616,03	17,00%	100,00%
Receitas Orçamentárias	5.145,98	5.286,34	-2,66%	11,69%
Transferências Financeiras Recebidas	28.136,07	22.859,82	23,08%	63,93%
Recebimentos Extraorçamentários	5.091,02	5.147,86	-1,10%	11,57%
Saldo do Exercício Anterior	5.637,79	4.322,00	30,44%	12,81%
(-) Dispêndios	40.829,59	33.171,41	23,09%	100,00%
Despesas Orçamentárias	16.343,59	14.245,01	14,73%	40,03%
Transferências Financeiras Concedidas	20.864,48	16.568,84	25,93%	51,10%
Pagamentos Extraorçamentários	3.621,52	2.357,56	53,61%	8,87%
(=) Resultado Financeiro	3.181,27	4.444,62	-28,42%	7,79%

Fonte: Siafi Web setembro/2025

A análise horizontal mede o desempenho de um determinado item em relação ao período anterior.

Ao comparar o Resultado Financeiro apurado no 3º trimestre de 2025 com o mesmo período de 2024, nota-se que houve um decréscimo de 28,42%.

Esse decréscimo no resultado foi influenciado, principalmente pelo aumento dos pagamentos extraorçamentários de restos a pagar processados e não processados assim como pela diminuição de outros recebimentos extraorçamentários na Secretaria de Política Agrícola.

6.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um demonstrativo que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo eles: operacional, de investimento e de financiamento.

- Atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os

desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do Órgão.

- Atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.
- Atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais contribuíram para uma Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa negativa de R\$ 2,456 bilhões e, apesar disso, houve um Resultado Superavitário apurado no período de R\$ 3,181 bilhões, conforme demonstrado na tabela seguinte:

Demonstração do Fluxo de Caixa - Composição

R\$ Milhões			
Detalhamento	30/09/2025	30/09/2024	AH (%)
Fluxo das Atividades Operacionais	333,63	981,1	-65,99%
Fluxo das Atividades de Investimento	-2.790,15	- 858,48	225,01%
Fluxo das Atividades de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	-2.456,52	122,62	-2.103,36%
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	5.637,79	4.322,00	30,44%
Caixa e Equivalentes de Caixa Final ou Saldo para o Exercício Seguinte ou Resultado Financeiro	3.181,27	4.444,62	-28,42%

Fonte: Siafi Web setembro/2025.

A partir da análise da tabela acima, observa-se que o fluxo de caixa das atividades operacionais diminuiu com relação a 2024. Verifica-se, ainda, aumento significativo das saídas de caixa nas atividades de investimentos em 225,01%.

Esses fatores resultaram em queda expressiva de 2.103,36% na Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, refletindo na redução do saldo final de Caixa e Equivalentes de Caixa no percentual de 28,42%.

Por meio da Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC também é possível apurar o Resultado Financeiro do Órgão, através do confronto dos ingressos com os desembolsos:

ESPECIFICAÇÃO	30/09/2025	30/09/2024	AH (%)
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	-2.456,52	122,62	-2103,36%
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	5.637,79	4.322,00	30,44%
Resultado Financeiro/ Saldo para o Exercício Seguinte	3.181,27	4.444,62	-28,42%

6.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-DMPL, na Análise Horizontal, verificou-se que o Patrimônio Líquido do Mapa apresentou um decréscimo de 30,50% neste trimestre em comparação com o exercício anterior, impulsionado pelo impacto do Resultado do Exercício negativo de R\$ 4,274 bilhões.

A tabela a seguir demonstra os itens relevantes do Patrimônio Líquido.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Composição

R\$ Milhões

DMPL	30/09/2025	31/12/2024	AH (%)
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	3.180,43	3.149,19	0,99%
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	123,19	31,25	294,21
RESERVAS DE CAPITAL	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-
Demais Reservas	271,71	261,25	4%
RESULTADOS ACUMULADOS	5.953,43	10.268,38	-42,02%
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,01	0,01	0,00%
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.528,77	13.710,08	-30,50%

Fonte: Siafi Web setembro/2025.

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	3.149,19	31,25	261,25	10.268,38	0,01	13.710,08
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	0,15	-44,27	-	-44,12
Aumento/Redução de Capital	31,25	95,09	-	-	-	157,18
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-25,97	4,04	-	-21,19
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-4.274,72		-4.274,72
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	35,54	-	-	35,54
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	--	-3,15	-	-30,84	-	-33,99
Saldo Final do Exercício 2025	3.180,43	123,19	271,71	5.953,43	0,01	9.528,77

Fonte: Siafi Web setembro/2025.

7. Referências

7.1. Bibliográficas

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) Instruções de Procedimentos Contábeis - [IPCs Vigentes](#)
- 3) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 2ª Edição – 2025
- 4) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – Versão 2 -2019
- 5) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 11ª Edição – Válido a partir de Dez 2024
- 6) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2025 – Estendido
- 7) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2025 – Federação

7.2 Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA

- 1) <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br>
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-geral-da-uniao-bgu-trimestral/2025/22>
- 4) <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais>
- 5) <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/>
- 6) <https://portal.tcu.gov.br/>
- 7) <https://www.gov.br/impresanacional/pt-br>
- 8) <https://cfc.org.br/>
- 9) <https://crcdf.org.br/>
- 10) <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/tecnologia-da-informacao/sistemas/orgaos/mapa/spoa/sei-sistema-eletronico-de-informacoes-1>
- 11) <https://boletim.sigepe.gov.br/publicacao/pesquisa>
- 12) <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/redesim>
- 13) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 14) <https://www.gov.br/transferegov/pt-br>
- 15) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 16) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 17) <https://www.siapenet.gov.br/Portal/>
- 18) <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>